



SIED - 2018

III SIMPÓSIO DE ESTRATÉGIA E
DESENVOLVIMENTO

ANAIS

Eixo temático

Organizações e Desenvolvimento





MIGRAÇÕES E DESENVOLVIMENTO REGIONAL: DELINEANDO A CONEXÃO ENTRE OS FENÔMENOS

Eixo de Pesquisa: Organizações e Desenvolvimento

Luise Bittencourt Peres⁽¹⁾, Débora Nayar Hoff⁽²⁾, Sebastião Airton da Rosa Cerqueira- Adão⁽³⁾

⁽¹⁾ Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal do Pampa – Bolsista Capes – Santana do Livramento/RS, bittencourtluise@gmail.com

⁽²⁾ Prof. Dr^a; Universidade Federal do Pampa – PPGA - Santana do Livramento/RS, deborahoff@unipampa.edu.br ⁽³⁾

⁽³⁾ Prof. Dr^o; Universidade Federal do Pampa – PPGA – Santana do Livramento/RS, sebastiaocerqueira@unipampa.edu.br

Palavras-Chave: migração, fluxo migratório, desenvolvimento regional

INTRODUÇÃO

As migrações fazem parte da história humana e de suas mudanças. Desde o início das civilizações, nas grandes guerras e nas mudanças significativas da estrutura econômica, a migração já se fazia presente. Analisando o cenário mundial contemporâneo, percebe-se intuitivamente a importância do migrante no desenvolvimento de cidades, agricultura, comércio e nas mudanças culturais das regiões onde se inseriram. Até hoje, ela continua sendo um fenômeno atual e intenso, segundo a United Nations (2017), em 2017 o número de migrantes chegou à 258 milhões. Os migrantes continuam buscando alternativas em outros territórios para fugirem de conflitos políticos e religiosos e para buscarem alternativas a situações de carência e miséria em que vivem nos seus territórios de origem.

Para citar exemplo, nos últimos anos, o constante conflito no Oriente Médio deslocou milhões de pessoas para a Europa. Sobre o tema, em junho de 2018 o Jornal El País publicou a notícia de que pela primeira vez o Conselho Europeu irá incluir em suas discussões a ideia de criar um campo de refugiados e imigrantes para as chegadas ilegais (EL PAÍS, 2018).

Dentro deste contexto, o questionamento que emerge relaciona-se a identificar a existência de vínculos entre o fenômeno migratório e o desenvolvimento das regiões. Sendo uma investigação inicial e exploratória, o objetivo dessa pesquisa é através da revisão bibliográfica reunir conceitos e criar categorias que esclareçam relação entre a migração e o desenvolvimento.

A importância deste estudo está relacionada ao fato de que, segundo Melde (2011), por mais que a migração e sua relação com o desenvolvimento estejam, cada vez mais, ganhando destaque, não se tem desenvolvido nenhuma abordagem metodológica para estudar esse impacto.

METODOLOGIA

Do ponto de vista metodológico, para alcançar o objetivo da pesquisa, foram coletados os documentos nas plataformas Scielo e Google Acadêmico, através das palavras chaves *desenvolvimento*, *migração*, *impacto da migração no desenvolvimento*, *development and migration*. Portanto, este estudo trata-se de um levantamento bibliográfico que reuniu documentos que foram publicados a partir do ano de 2010, chegando a um total de 65 publicações. Através de uma análise, que levou em consideração a editora e a instituição responsável pelo desenvolvimento do documento,



suas contribuições para a temática de estudo, o número de citações, os autores e os objetivos. Assim, reduziu-se a pesquisa ao estudo de com sete documentos que abordam a questão da migração e do desenvolvimento.

Documento	Autores/Instituição	Ano
Indicadores do impacto da migração sobre o desenvolvimento humano e vice-versa	MELDE, Suzanne/ Organização Internacional para as Migrações e Observatório ACP das Migrações	2012
Migrações internacionais no plano multilateral: Reflexões para a política externa brasileira	FARIA, Maria Rita Fontes.	2015
Connections between Migration and Development	OLTMER, Jochen/ Institute for Migration Research and Cross Cultural Studies	2015
Sending Money Home: Contributing to the SDGs, one family at a time	International Fund for Agricultural Development - IFAD	2017
Migrações e Desenvolvimento	FERREIRA, Patricia Magalhães	2017
International Migration Report	United Nations/ Department of Economic and Social Affairs	2017
People on the move: migration and mobility in the European Union	BATSAIKHAN, Uuriintuya; DARVAS, Zsolt; RAPOSO, Inês Gonçalves	2018

Quadro 2: Documentos analisados

Fonte: elaborado pelos autores com base nos documentos analisados

Cervo e Bervian (2007) apontam que a pesquisa de bibliográfica é um estudo cuja forma é a de tentar explicar um determinado problema por meio de referencial teórico. Gil (2009), por seu turno, identifica que o estudo realizado sob a forma de levantamento bibliográfico é constituído por material já publicado, como livros, jornais, teses, revistas, dissertações, anais de eventos científicos. Mesmo que, na visão deste autor, todos os tipos de estudos exigirem a utilização da pesquisa bibliográfica, existem pesquisas exclusivamente elaboradas somente por meio de fontes bibliográficas

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A seguir, apresentam-se as categorias elaboradas através da análise dos documentos selecionados, a partir da leitura dos documentos analisados e de fatores em comum sinalizados por eles que caracteriza de alguma forma a conexão entre a migração e o desenvolvimento, são elas:

- **Crescimento Econômico:** Para Batsaikhan, Darvas e Raposo (2018), a migração pode impactar o PIB de três maneiras: 1ª Aumento da população em idade ativa; 2ª Maior demanda por bens e serviços; 3ª Aumento na produtividade do trabalhador médio. Os imigrantes começam a trabalhar logo após sua chegada ao país, com isso o impacto na produção agregada geralmente é positivo, contribuindo para a produção, além disso, o consumo dos imigrantes aumenta a demanda no país estimulando a produção em curto prazo (BATSAIKHAN; DARVAS; RAPOSO, 2018). De acordo com McKinsey Global Institute (2016), em 2015 os migrantes contribuíram com cerca de US \$ 6,4 trilhões do produto interno bruto (PIB) mundial.

Para Ferreira (2017) se 5% da população dos países pobres migrassem para países mais desenvolvidos o PIB mundial cresceria consideravelmente em um ano. Isso significa que as migrações são benéficas para a economia mundial. Um exemplo disso, são os Estados Unidos, é possível demonstrar com facilidade a importância que os trabalhadores imigrantes possuem no crescimento da economia e na capacidade de inovação.



- **Remessas:** Outra forma que a migração reflete no desenvolvimento e também no crescimento econômico dos países, segundo IFAD (2017), é através das remessas. As remessas se caracterizam em uma parte dos salários dos trabalhadores migrantes que é enviada para seu país de origem para auxiliar a família que ficou para trás. Cerca de 200 milhões de migrantes de países de baixa e média renda enviam dinheiro para suas famílias em casa. Geralmente 15% dos salários dos migrantes são enviados como remessa, esse valor reflete em aproximadamente 3% do PIB em 71 países receptores. As famílias que recebem esse dinheiro conseguem se manter acima da linha da pobreza o que conseqüentemente, reflete em melhorias na saúde, educação e moradia. Este é um dos momentos que se percebe o reflexo da migração no desenvolvimento (IFAD, 2017).

Oltmer (2015) afirma que inicialmente o valor que é enviado para a família cobre gastos com a saúde e educação e custos regulares como os bens de consumo e impostos, outras formas de investimentos como aquisição de bens são raras já que nos países receptores de remessas os bens geralmente são superfaturados.

- **Tendências demográficas:** Ferreira (2017) acredita que a migração possui impacto para o país de origem, mas também para o de destino. Nestes países as migrações possuem um papel de suprir suas carências de mão de obra, estimular o empreendedorismo e aliviar a pressão dos sistemas de proteção social nos países que possuem sua população envelhecida. Sendo assim, a migração é vista com importância na questão do impacto demográfico, pois além de aumentar a população do país ela muda as faixas etárias dos países já que os migrantes, em sua maioria, são pessoas mais jovens e economicamente ativas. Segundo a United Nations (2017), a migração contribui para o crescimento populacional em várias partes do mundo e reverte o declínio da população em certos países, por exemplo, entre os anos de 2000 e 2015 a migração contribuiu com 42% do crescimento populacional na América do Norte e 31% na Oceania e na Europa, o tamanho da população teria diminuído se não tivesse uma quantidade significativa de migrações.

- **Benefícios Excludentes:** Contudo, de acordo com Faria (2015), o debate internacional acerca das migrações e do desenvolvimento possui visões negativas e positivas do impacto das migrações nos países de origem e nos países receptores. Uma questão utilizada com frequência como um impacto negativo, para Ferreira (2017) é o *brain drain*, ou seja, a fuga de cérebros, mas ela não pode se tornar um argumento válido já que a emigração de um membro de uma família pode aumentar a capacidade da família de investir futuramente em educação, nos outros membros. Por isso que se torna importante debater os impactos da migração para criar políticas que maximizem os efeitos positivos, minimizando os negativos e esclareçam as questões menos conhecidas sobre as migrações, como o emprego, mobilização de recursos e os direitos dos imigrantes (FERREIRA, 2017).

CONCLUSÕES

Através da análise realizada nos sete documentos investigados, percebeu-se que o crescimento econômico é uma variável influenciável pela migração e que impacta no desenvolvimento da região. Ele pode ser percebido através do crescimento do PIB, visto que os imigrantes logo que entram no país procuram emprego e assim contribuem também nas políticas fiscais do país.

Aliado ao crescimento econômico encontram-se as remessas que contribuem para o desenvolvimento do país de origem do imigrante, seu único fator negativo é os custos de transações que são relativamente altos e que se diminuídos, ajudariam um maior número de pessoas.

Os países desenvolvidos possuem sua taxa de crescimento populacional em queda, enquanto os países mais pobres estão entre os que possuem um maior crescimento populacional. Assim, o imigrante que busca melhor qualidade de vida através da migração para países desenvolvidos auxilia, nestes países, uma diminuição da defasagem populacional. Sendo assim, a tendência demográfica é uma grande demonstração da influência da migração no desenvolvimento.



Por último, foram verificados os benefícios excludentes da migração no desenvolvimento, que é identificado através da questão do *brain drain*, ou seja, a fuga de cérebros. Porém, percebe-se que as remessas são importantes e beneficiam os países de origem dos imigrantes, assim como o *brain drain* beneficiaria os países receptores. Assim, ambos os países são atingidos positivamente na questão do desenvolvimento ocasionado a partir das migrações.

REFERÊNCIAS

- BATSAIKHAN, Uuriintuya; DARVAS, Zsolt; RAPOSO, Inês Gonçalves. **People on the Move**: migration and mobility in the European Union. Bélgica: Bruegel, 2018.
- CERVO, A. L; BERVIAN, P. A.; DA SILVA, R. **Metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.
- EL PAÍS. **União Europeia propõe a criação de centros de imigrantes fora das fronteiras do bloco**. Bruxelas, 2018. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2018/06/19/internacional/1529419898_385706.html> Acesso em : 28/jun, 2018.
- FARIA, Maria Rita Fontes. **Migrações Internacionais no Plano Multilateral**: reflexões para a política externa brasileira. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2015.
- FERREIRA, Patricia Magalhães. **Migrações e Desenvolvimento**. COERENCIA.PT: O Eixo do Desenvolvimento mais justo, mais digno, mais sustentável. Lisboa: Fundação Fé e Cooperação – FEC, 2017.
- GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2009.
- IFAD, International Fund for Agricultural Development. **Sending Money Home**: Contributing to the SDGs, one family at a time. IFAD: 2017.
- MELDE, Susanne. **Indicadores do Impacto da Migração Sobre o Desenvolvimento Humano e Vice-versa**. Organização Internacional para as Migrações. OIM: 2011.
- MCKINSEY GLOBAL INSTITUTE. **People on the Move**: Global Migration's Impact and Opportunity, 2016.
- OLTMER, Jochen. **Connections between migration and Development**. Institute for Migration Research and Cross Cultural Studies. University of Osnabrück: 2015
- UNITED NATIONS. **International Migration Report**. New York: Department of Economic and Social Affairs, 2017.



ANÁLISE DE REDES SOCIAIS NA ECONOMIA: IDENTIFICANDO OS PRINCIPAIS AUTORES DA ECONOMIA COMPORTAMENTAL

Eixo de Pesquisa: Organizações e Desenvolvimento

Marina Valim Bandeira⁽¹⁾, **Patrícia Eveline dos Santos Roncato**⁽²⁾

⁽¹⁾ Graduanda em Ciências Econômicas; Universidade Federal do Pampa; Santana do Livramento – RS; marina_vb_06@hotmail.com

⁽²⁾ Docente; Universidade Federal do Pampa; Santana do Livramento – RS; patriciasantos@unipampa.edu.br.

Palavras-Chave: Economia Comportamental, revisão bibliográfica, análise de redes.

INTRODUÇÃO

O estudo da economia perpassa várias características do comportamento humano, que dizem respeito às decisões sobre a melhor forma de alocar os recursos escassos frente às necessidades ilimitadas. Nesse sentido, o estudo da tomada de decisão do indivíduo constitui um fator de análise relevante no campo das ciências sociais (DE MELO, 2010).

No que diz respeito às Ciências Econômicas, existem duas correntes que discutem essa questão, a corrente Ortodoxa e a Economia Comportamental. Os pensadores Ortodoxos pressupõem que a racionalidade econômica é quantificável, ou seja, o indivíduo deseja maximizar sua satisfação ao adquirir determinado bem, mas dentro do seu limite orçamentário (CABRAL; YONEYAMA, 2008). Já os teóricos da Economia Comportamental sugerem que as pessoas não tomam decisões a partir de deliberações cautelosas (SIMON, 1955), isto é, o indivíduo é influenciado por lembranças, sentimentos e pelo próprio ambiente (SAMSON, 2015).

Para entender essa nova perspectiva, foi necessário incrementar o estudo da teoria econômica com as bases teóricas da psicologia (CAMERER; LOWENSTEIN, 2004), surgindo o que se conhece por Economia Comportamental. Dentro dessa corrente teórica, destacam-se os pensadores radicais e os pensadores reformistas (CASTRO, 2014). Os primeiros caracterizam-se por terem uma abordagem crítica aos pressupostos neoclássicos, visando romper os paradigmas existentes; os segundos são mais brandos, sugerem apenas a modificação dos pressupostos sem os refutar completamente (CASTRO, 2014).

Dos radicais, podem ser destacados autores como Herbert Simon (1955, 1959, 1979, 1984) que teve como contribuição principal a proposição da teoria referente à racionalidade limitada e George Katona (1951, 1953, 1963) que introduziu a motivação, os hábitos e as expectativas como fatores que influenciariam a tomada de decisão das pessoas. Da abordagem reformista, destacam-se Kahneman e Tversky (1979) com seus estudos sobre a Teoria do Prospecto e as perdas e ganhos do consumidor; e Richard Thaler (1980) com a questão do Efeito Dotação.

Percebe-se, portanto, que com o passar dos anos o estudo da Economia Comportamental vem despertando o interesse dos pesquisadores, e no Brasil as pesquisas são recentes. Em uma busca na plataforma brasileira que reúne e armazena teses e dissertações (BDTD), verificou-se a existência de 13 trabalhos de conclusão relacionados a temática defendidos nos últimos cinco anos. Com isso, surge



o objetivo do presente trabalho que é identificar os teóricos da Economia Comportamental mais referenciados nos trabalhos de conclusão de pós-graduação utilizando a análise de redes.

METODOLOGIA

O estudo é caracterizado como exploratório, pois visa a descoberta de determinado assunto familiarizando o pesquisador com o problema (GIL, 2002). De igual forma, o estudo visa também analisar características de uma determinada população valendo-se de meios numéricos (SAMPIERI; COLLADO; LUCIO, 2013), sendo assim caracteriza-se por ser descritivo e de abordagem quantitativa.

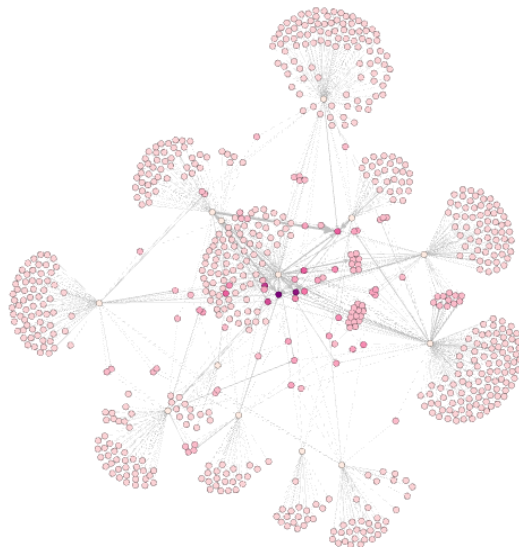
O método escolhido foi a Análise de Redes Sociais (ARS) que permite a representação das relações entre um conjunto de indivíduos, seja parentesco, amizade, grupo de pesquisa, conhecimento, entre outros (RIBEIRO; MELO; DANTAS, 2016). Os resultados de uma ARS são representados por meio de grafos, que auxiliam na identificação de grupos e subgrupos que mais interagem, quem são os atores (nós) mais relevantes dentro dessa rede e quem atua como ponte entre grupos distintos (RUEDIGER, 2017). A métrica escolhida para a análise é o grau de entrada, que demonstra qual o ator mais importante na rede (CAMPOS; CAZARINI, 2013). No caso dessa pesquisa, a métrica apontará qual(is) o(s) autor(es) mais relevantes nas pesquisas de Economia Comportamental.

Os trabalhos utilizados na análise são oriundos da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações. Foram inseridos os termos “economia comportamental” e “*behavioral economics*” no campo destinado à busca. Como resultados, retornaram 58 trabalhos mesclados entre teses e dissertações das mais variadas áreas. Foram selecionadas 3 teses e 10 dissertações cuja área do conhecimento fossem as Ciências Econômicas. Após, procedeu-se à catalogação das referências utilizadas pelos autores em uma planilha *Excel* e a uma posterior análise no Software *Gephi 0.9.2*.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Após a tabulação, chegou-se a um total de 1185 referências nos treze trabalhos analisados. Vários autores eram referenciados mais de uma vez em função de possuírem várias obras em diferentes anos. Assim, para padronizar, optou-se por não utilizar o ano da obra, apenas as iniciais e o sobrenome do autor. Chegou-se então ao grafo apresentado na figura 1:

Figura 1- Distribuição dos autores por trabalho



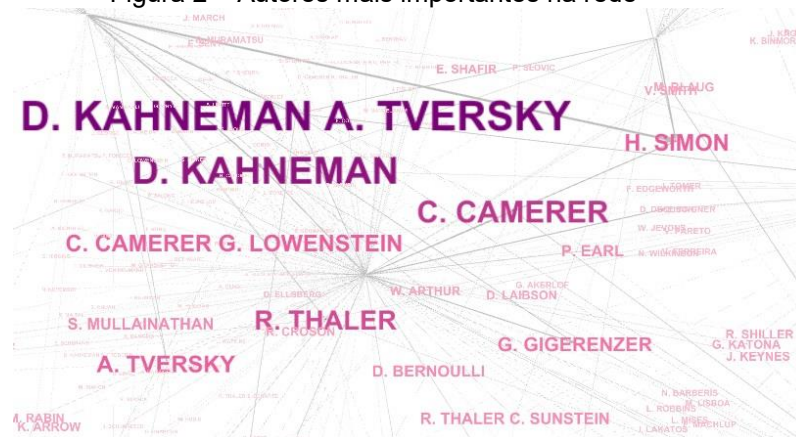
Fonte: elaborado pelas autoras utilizando o software *Gephi 0.9.2*



O grafo sem a identificação dos autores mostra nos pontos mais escuros quais são os atores principais dentro da rede. Ou, no caso da pesquisa, os autores mais referenciados pelos trabalhos. Os pontos mais claros referem-se aos autores de menor importância. Cada “árvore” representa uma tese ou dissertação e as linhas (arestas) as conexões com os autores.

Na figura 2, pode-se visualizar os autores de destaque da rede mostrada na Figura 1. Os nomes mais escuros representam os pontos escuros do grafo anterior. Percebe-se que, as obras publicadas por Kahneman e Tversky, Kahneman, Camerer, Richard Thaler e Herbert Simon apresentam os graus de entrada mais elevados, ou seja, são os autores mais importantes dentro desta rede. Isso se justifica pelo fato destes autores serem considerados os teóricos precursores no estudo da Economia Comportamental, sendo sua presença indispensável em estudos da área. Ao estabelecer o rótulo de nome para cada nó e aproximar a visualização, obteve-se a figura 2:

Figura 2 – Autores mais importantes na rede



Fonte: elaborado pelas autoras utilizando o software Gephi 0.9.2

CONCLUSÕES

O presente estudo identifica os teóricos da Economia Comportamental mais referenciados pelas teses e dissertações das Ciências Econômicas. Foram analisados os trabalhos e conseguiu-se por meio da Análise de Redes Sociais, estabelecer quem são os principais autores utilizados. Este trabalho faz parte de uma monografia de conclusão de curso que está em andamento. O resultado final será uma análise bibliométrica e sociométrica envolvendo outras métricas com base nas teses e dissertações selecionadas.

REFERÊNCIAS

Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações. Disponível em <http://bdtd.ibict.br>. CABRAL, Arnoldo Souza; YONEYAMA, Takashi. Microeconomia: uma visão integrada para empreendedores. **São Paulo: Saraiva**, 2008.

CAMERER, Colin F.; LOEWENSTEIN, George; RABIN, Matthew (Ed.). **Advances in behavioral economics**. Princeton university press, 2011.

CAMPOS, R.; CAZARINI E. W. **Análise De Redes Sociais: Métricas E Técnica De Coleta De Dados Em Um Contexto De Compartilhamento Do Conhecimento**. In: Anais XX SIMPEP - Simpósio de Engenharia de Produção, UNESP - Universidade Estadual Paulista. São Paulo, 2013

CASTRO, Alex Sandro Rodrigues de. Economia comportamental: caracterização e comentários críticos. Dissertação de Mestrado. Unicamp, 2014.



DE MELO, Fernanda Lima. A economia comportamental e o debate sociológico sobre a racionalidade. Dissertação de Mestrado. UFMG, 2010.

GIL, Antonio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. **São Paulo**, v. 5, n. 61, p. 16-17, 2002.

KATONA, George. Rational behavior and economic behavior. **Psychological review**, v. 60, n. 5, p. 307, 1953.

RUEDIGER, M. (coord). **Nem tão simples assim: o desafio de monitorar políticas públicas nas redes sociais**. Caderno de Referência de Metodologia 1. 2ª Edição. Rio de Janeiro: FGV DAPP, 2017.

RIBEIRO, E. MELO, R.D., DANTAS, M.J.P. **Aplicação da análise de redes sociais nos dados de um curso EaD: estudo de métricas e visualização de grafos**. In: XXXVI ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO. João Pessoa/PB, Brasil, de 03 a 06 de outubro de 2016.

SAMPIERI, Hernandez Roberto. COLLADO, Carlos Fernández. LUCIO, María Del Pilar Baptista. **Metodologia da Pesquisa**. Tradução: **Dayse Vazde Moraes**, v. 5, 2013.

SAMSON, A. **A Economia Comportamental**. In: Guia de Economia Comportamental e Experimental. 1ª ed. São Paulo: Economia Comportamental.org, 2015

SIMON, Herbert A. A behavioral model of rational choice. **The quarterly journal of economics**, v. 69, n.1, p. 99-118, 1955.



DESENVOLVIMENTO LOCAL ENDÓGENO: UMA ANÁLISE DO PANORAMA DA APL DO LEITE EM SANTANA DO LIVRAMENTO EM 2017

Eixo de Pesquisa: Organizações e Desenvolvimento

Fernando Westphalen⁽¹⁾, Juliana Estevam da Silva⁽²⁾

(1) Estudante; Universidade Federal do Pampa; Santana do Livramento; RS; fifoasis@yahoo.com.br;

(2) Estudante; Universidade Federal do Pampa; Alegrete; RS; juliana-estevam@hotmail.com.

Palavras-Chave: Arranjos produtivos locais; Santana do Livramento; APL do leite; Desenvolvimento Endógeno; Cadeia do Leite.

INTRODUÇÃO

A busca por desenvolvimento de regiões menos favorecidas tem sido pauta de debate desde o final do século XIX, no entanto os projetos de investimentos baseados em planos de crescimento exógeno, em sua aplicação na realidade, falharam em diversos pontos devido à decisão de investimento e desenvolvimento de “cima para baixo”, a qual em muitos casos acabou por gerar mais externalidades negativas do que efeitos propulsores (LIMA; SIMÕES, 2010).

O debate surgido em torno de um desenvolvimento, por sua vez endógeno, traz a proposta de aglomeração a partir das especificidades produtivas locais a serem exploradas, considerando as inter-relações entre instituições com os mesmos valores e crenças (COSTA, PATIAS; de MARCO, 2012).

Tendo em vista essa proposta de aglomeração aliada as especificidades produtivas locais têm o conceito de Arranjos Produtivos Locais com o intuito de disseminar a cultura de integração entre empresas e incrementar a produtividade (PATIAS *et al* 2017). Como caracteriza Cassialato e Lastres (2003) arranjos produtivos locais são considerados quando: com foco em um grupo particular de atividades econômicas, ocorrem aglomerações territoriais de atores econômicos, sociais e políticos, que demonstram ligação mesmo que incipiente. Comumente envolvem a interação de empresas, podendo conter a participação de fornecedoras de matérias primas e ofertantes de bens e serviços finais, prestadoras de consultorias, clientes, comerciantes entre outros.

O presente estudo tem o objetivo de analisar o Arranjo Produtivo Local do Leite de Santana do Livramento em seu panorama atual, frente a sua abrangência, produtividade e barreiras que impedem o desenvolvimento. A pesquisa também visa contribuir com a atualização de estudos anteriores sobre o tema.

METODOLOGIA

A metodologia aplicada nessa pesquisa é de cunho indutivo que pode ser definido como um processo no qual, partindo de dados particulares, infere-se uma verdade geral não contida nas partes analisadas. Tendo como objetivo chegar a conclusões de conteúdo muito mais amplo do que constado nas premissas analisadas (MARCONI; LAKATOS, 2003).



É uma pesquisa descritiva a partir da técnica de dados secundários e documentação indireta, tendo como base estudos anteriores de Costa, Patias e de Marco (2012), Patias *et al*(2017) e dados obtidos por Silveira *et al*(2017) com o Projeto de Apoio à estruturação e fortalecimento da Governança do APL Leite de Sant’Ana do Livramento referente ao Edital de Projetos Prioritários de APLs N° 05/2016. Também foi empregada a técnica de pesquisa bibliográfica para as definições de desenvolvimento endógeno e arranjo produtivo local.

Foi também uma pesquisa de observação na vida real que “são feitas no ambiente real, registrando-se os dados à medida que forem ocorrendo, espontaneamente, sem a devida preparação” (MARCONI; LAKATOS, 2003, p.194). Devido à participação do encontro da APL do Leite e VII Rumos da Bacia Leiteira dia 24 de novembro de 2017 no auditório da Universidade Federal do Pampa campus Santana do Livramento.

É uma pesquisa quantitativa-qualitativa por trabalhar com dados descritivos e estatísticas descritivas conforme apontado. Possuindo suas bases no pensamento positivista lógico, a pesquisa quantitativa tende a dar destaque para o raciocínio dedutivo, regras da lógica, incluindo atributos mensuráveis da experiência humana enquanto, por sua vez, a pesquisa qualitativa procura enfatizar os aspectos dinâmicos, individuais e holísticos da experiência humana, de modo a apreender o todo no contexto dos que estão verificando o fenômeno (POLIT; BECKER; HUNGLER, *apud* GERHARDT; SILVEIRA 2009).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

De acordo com o Projeto de Apoio à estruturação e fortalecimento da Governança do APL Leite de Sant’Ana do Livramento (SILVEIRA *et al*, 2017) esse arranjo produtivo foi fundado no município do ano de 2009 e desde 2010 é reconhecido pela Agência Gaúcha de Desenvolvimento e Promoção do Investimento (AGDI). Atualmente detêm uma Governança composta por 14 instituições, entre públicas e privadas. Estão ligados diretamente ao APL cerca de 1000 produtores de Leite, envolvendo pelo menos 3 mil pessoas e tendo uma produção diária maior do que 60 mil litros de leite (SILVEIRA *et al*, 2017).

O Arranjo também abrange outros 3 municípios da região: São Gabriel, Rosário do Sul e Santa Margarida do Sul. É de consenso dos participantes da APL que seja expandida dentro do possível sua atuação em esfera regional. Em Santana do Livramento, ao todo totalizam 847 produtores^{1,21} em Rosário do Sul, 100 em São Gabriel e 40 em Santa Margarida do Sul (SILVEIRA *et al*, 2017).

Segundo dados apresentados pelo Projeto de Apoio à estruturação e fortalecimento da Governança do APL Leite de Santana do Livramento menciona que a produção leiteira nos municípios abrangidos por ela, entre 2001 e 2013 a soma da produtividade das 4 cidades dobrou, passando de 20,7 milhões de litros para 43,2 milhões, respectivamente.

A existência de monopólio no setor é vista como prejudicial ao desenvolvimento do arranjo produtivo, à prática de preços e a demanda (ao se considerar o longo prazo visto que atualmente toda a produção é absorvida). Conforme observado no 7º Seminário da Bacia Leiteira em 24 de novembro de 2017 o litro do leite estava sendo comprado do produtor pelo preço base de R\$0,70, valor que preocupava os produtores presentes. A COPERFORTE relatou que o preço do mercado reduz os ganhos do produtor, segundo a cooperativa 25% das famílias deixaram de produzir.

As barreiras enfrentadas no contexto atual conforme apresentadas na palestra são: a importação do leite está substituindo a produção local; a logística é um ponto negativo e custoso, pois as indústrias

¹Sendo 786 pela COPERFORTE, 40 produtores pela COOAPLESA, 20 pela Associação de Criadores de Gado Holandês e 1 pela SKYLAB. (SILVEIRA *et al*, 2017)



vão preferir sempre a maior quantidade de leite por Km percorrido, falta mão de obra qualificada. A EMBRAPA menciona que a possibilidade de exportação do produto é limitada pela qualidade da matéria prima, há uma discussão que a tendência é que os grandes produtores tomem o mercado e excluam os pequenos no atual contexto.

CONCLUSÕES

O que pode ser concluído nesse estudo é que o APL do Leite de Santana do Livramento tem apresentado um processo de desenvolvimento endógeno crescente desde a sua criação, com a estruturação de uma Governança coletiva no direcionamento de suas atividades. Atualmente está abrangendo quatro municípios e apresentando ganhos de produtividade. Apesar de não ter sido possível obter os valores agregados da produtividade da APL de Santana do Livramento pode-se perceber que a produtividade leiteira no município cresceu em seu maior índice desde 2004, atingindo no ano de 2016 36 milhões de litros/ano.

Os principais obstáculos enfrentados são relativos ao baixo preço do insumo cru, que é dado pelo monopólio da indústria que absorve a matéria prima do APL, problemas relativos à difícil logística para o escoamento do insumo. A qualidade do leite, principalmente da Coperforte, também é considerada uma barreira ao arranjo como um todo, pois existem produtores com ordenhadeira mecânica enquanto outros ainda fazem a extração manual. A falta de controle de qualidade e armazenagem limita a oportunidade de compra da matéria prima por outras grandes indústrias. A importação de leite principalmente do Uruguai que está sendo incentivada pelo governo do Estado do Rio Grande do Sul também é um dos principais fatores prejudiciais aos produtores participantes da APL.

Em partes o objetivo foi atingido por demonstrar o panorama atual do Arranjo Produtivo Local do Leite de Santana do Livramento, suas instituições e produção relativa a alguns anos; mas carece de dados específicos da produtividade atual do aglomerado, questão que pode incentivar pesquisas futuras a cerca dos rumos que serão seguidos pelo APL.

REFERÊNCIAS

CASSIOLATO, J. E.; LASTRES, H. M. **Globalização e inovação localizada: experiências de sistemas locais no Mercosul**. Brasília: IBICT/MCT, 1999.

COSTA, Ana M.; PATIAS, Tiago Z. ; de Marco, Daiana - Arranjos produtivos locais e o desenvolvimento ousando mudar as estruturas estabelecidas: uma análise seniana do APL do leite e dos assentamentos em Santana do Livramento/RS - **II Colóquio Sociedade, Políticas Públicas, Cultura e Desenvolvimento-CEURCA**, Ceará:2004

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo – **MÉTODOS DE PESQUISA** – Editora da UFRGS; Porto Alegre, 2009.

LIMA, Ana C. da C. SIMÕES, Rodrigo F. Teorias Clássicas do Desenvolvimento Regional e suas implicações de política econômica: O caso do Brasil. **Revista Desenvolvimento Econômico**. n.21, Salvador, 2010.

MARCONI, Marina de Andrade & LAKATOS, Eva Maria, **FUNDAMENTOS DE METODOLOGIA CIENTÍFICA**, Editora Atlas S.A., 5ª edição, São Paulo, 2003.

PATIAS, Tiago Z.; MARCHI, Jamur J.; ALVES, Leticia d. C.; GOMES, Clandia M.; WEISE, Andreas D.- Governança De Arranjo Produtivo Local: Um Estudo De Caso - **Arranjos produtivos locais e desenvolvimento**/Organizadores: Carlos Wagner de A. Oliveira, José Augusto V. Costa, Gabriela Mareto Figueiredo, Alessandra Ribeiro de Moraes, Ricardo Batista Carneiro, Iedo Brito da Silva. Ipea, Rio de Janeiro, 2017.



SILVEIRA, William D. da S.; MONTEBLANCO, Felipe L.; CORDEIRO, Márcio; SHCILICK, Lisiane de S.; HAR, Laíse. **Apoio à estruturação e fortalecimento da Governança do APL Leite de Sant'Ana do Livramento.** Guayí, Porto Alegre, 2017.

UMA ANÁLISE PRELIMINAR DO EMPREGO NAS CIDADES DA UNIPAMPA

Eixo de Pesquisa: -Economia e Desenvolvimento Regional, Territorial, Rural e Sustentável

André Devecchi de Freitas⁽¹⁾, Tanise Brandão Bussmann⁽²⁾, Bruno Rodrigues de Oliveira Siegl⁽³⁾.

- (1) Aluno do curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Pampa. Santana do Livramento - RS. Andredevecchi98@hotmail.com
- (2) Professora do magistério Superior da Universidade Federal do Pampa. Santana do Livramento – RS. tanise@unipampa.edu.br
- (3) Aluno do curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Pampa. Santana do Livramento - RS. brusiegl@gmail.com

Palavras-Chave: Emprego. Evolução temporal.

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como objetivo realizar uma análise do emprego nas cidades onde foi implementada a UNIPAMPA. Para tanto, foi utilizada a Relação Anual das Informações Sociais (RAIS) para o ano de 2016. Conforme a legislação do tema, a RAIS é responsável pela “coleta de dados indispensáveis aos estudos técnicos, de natureza estatística e atuarial, dos serviços especializados dos Ministérios citados” (BRASIL, 1975). Neste sentido, todos os empregadores fornecem ao Ministério do Trabalho e da Previdência Social as Informações da RAIS.

A Comparação da RAIS com outras bases de dados já foi realizada, sendo uma das desvantagens o fato de suas informações estarem restritas ao mercado de trabalho formal (SABOIA; TOLIPAN, 1985). No entanto, para a análise de municípios que não compõem a amostra da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBEGE), nem da Pesquisa Mensal do Emprego (PME), do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) para os anos onde não ocorre o Censo Demográfico do IBGE, a única forma de acompanhar o mercado de trabalho com dados secundários é utilizando a RAIS.

Diversos trabalhos utilizando a RAIS já foram realizados na economia do trabalho para o Brasil (STERNBERG, 2001; SANTOS; NAKANO, 2015; CHAMMA, CAMARGO JUNIOR, TONETO JUNIOR, 2010). Também existem estudos analisando os estabelecimentos, com as informações da RAIS Estabelecimentos (BEM, GIACOMINI, WAISMANN, 2015).

Sendo assim, delinea-se a seguinte pergunta de pesquisa: “Qual as principais diferenças entre o mercado de trabalho das cidades onde a UNIPAMPA foi implementada e o restante do Rio Grande do Sul?”. Sendo assim, o objetivo geral é realizar um panorama comparativo entre as cidades da UNIPAMPA e as demais cidades do Rio Grande do Sul. Além disso, para isso é necessário (1) Identificar as cidades da UNIPAMPA; (2) Verificar as estatísticas destas cidades e do restante do Estado; (3)



Analisar as estatísticas. A próxima seção será a metodológica, onde será exposto o tipo de pesquisa, bem como os métodos utilizados. As análises estão expostas nos resultados e discussão e por fim, há as conclusões e as referências do presente estudo.

METODOLOGIA

Esta pesquisa é do tipo exploratória, no intuito de realizar uma análise preliminar do nível de emprego (GIL, 2009). Para tanto, será analisada a diferença entre as informações para o Rio Grande do Sul e para as cidades da UNIPAMPA. Para identificar as cidades da UNIPAMPA, realizou-se a seguinte estratégia de identificação: inicialmente, foi buscado no IBGE Cidades os Códigos das Cidades onde há UNIPAMPA. Ou seja, buscou-se o código das cidades de: Alegrete, Bagé, Caçapava do Sul, Dom Pedrito, Itaqui, Jaguarão, Santana do Livramento, São Borja, São Gabriel e Uruguaiana.

Então, criou-se uma variável *dummy* que assumia o valor 0 ou 1, onde o valor 1 era atribuído as cidades onde a UNIPAMPA estava presente e 0 caso contrário. Logo, dos 497 municípios do Rio Grande do Sul, apenas 10 continham a presença da UNIPAMPA.

Foram utilizados métodos estatísticos de tendência central e de dispersão, bem como o cálculo de frequências (para mais informações destes cálculos ver HOFFMANN, 2006). Sendo assim, o trabalho é majoritariamente quantitativo. Os resultados expõem uma análise para o ano de 2016, com os dados da RAIS. Os dados foram utilizados no formato de Microdados e o software para análise foi o Stata.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise foi realizada da seguinte forma: dividiu-se o grupo entre aqueles que estão na UNIPAMPA e os demais. Sendo assim, o que é chamado de Rio Grande do Sul é, na verdade, o Rio Grande do Sul sem as 10 cidades da UNIPAMPA. E a UNIPAMPA são as estatísticas das 10 cidades.

Inicialmente, observou-se entre o Rio Grande do Sul e as cidades da UNIPAMPA a frequência de registros. O vínculo ativo indica se aquele vínculo segue ou não no Mercado de trabalho e é uma medida de rotatividade. A quebra do vínculo está relacionada a saída do emprego, tanto pelo empregado quanto pelo empregador. Em 2016, foram 4 milhões de registros para o Rio Grande do Sul, sendo que destes, 1,3 milhão (31%) dizia respeito a vínculos Inativos. Para as cidades da UNIPAMPA, o número de registros foi de 163,161 (ou seja, 3,85% do total de registros do Rio Grande do Sul), sendo que destes, 28,94% são registros a Vínculos Inativos. Neste sentido, observa-se uma proximidade muito grande do resultado para o Rio Grande do Sul. A maior rotatividade nas cidades da UNIPAMPA foi no Alegrete, onde 32% dos registros não apresentam vínculo ativo, e a menor foi em Jaguarão, onde este número fica na ordem de 26%.

Em relação a idade média no Mercado de trabalho, a diferença entre o Rio Grande do Sul e a UNIPAMPA ficou em pouco mais de 1 ano. Sendo assim, as cidades da UNIPAMPA tem uma média de 37,5 anos de idade e o Rio Grande do Sul tem uma média de 36,3 anos. O Mínimo para as cidades da UNIPAMPA foi de 14 anos, compatível com os vínculos considerados de aprendizagem no Mercado de trabalho, e para o Rio Grande do Sul foi de 0, possivelmente indicando um equívoco no preenchimento. O máximo para as cidades da UNIPAMPA foi de 100 anos e para o Rio Grande do Sul, 99. A média etária para Caçapava do Sul foi a menor para as cidades da UNIPAMPA, ficando em 36,5 anos (já acima do Rio Grande do Sul), enquanto Alegrete, Dom Pedrito, Itaqui e Jaguarão apresentaram a média etária acima de 38 anos.

Sobre o gênero dos trabalhadores, pode-se observar uma diferença de 6 pontos percentuais, em termos de participação no Mercado de trabalho. Sabe-se que há mais mulheres do que homens na população do Rio Grande do Sul, onde, pelo Censo Demográfico, 48,72% da população é masculina (IBGE). No entanto, também é um fato bastante conhecido que as mulheres participam menos no mercado de trabalho em geral. Neste sentido, é possível observar que, da população no Mercado de Trabalho, 45,2% é feminina para o Rio Grande do Sul, e para as cidades da UNIPAMPA há uma queda de quase 6 pontos percentuais, ficando em 39,3%. Dentre as cidades da UNIPAMPA, nenhuma supera a média para o Rio Grande do Sul, sendo que 3 cidades tem médias acima de 43%, a saber: Bagé (43,98%); Santana do Livramento (43,68%) e Jaguarão (43,52%). As



idades que apresentam a menor participação são: Itaqui onde a participação é de 32,66% e Dom Pedrito onde a participação é de 33,69%. É importante salientar que tal situação pode estar relacionada a decisão da mulher de não ingressar no mercado ou mesmo a precarização, pela ausência da formalidade no vínculo.

Em relação a cor da pele, é possível observar que a grande maioria dos vínculos é para indivíduos cadastrados como brancos. Tal resultado não deveria surpreender, visto que a população preta e parda no último Censo Demográfico ficou em aproximadamente 16%. É importante salientar a diferença, onde os pretos e pardos do Censo Demográfico são indicados por autodeclaração e para a RAIS são os registros empregatícios, não necessariamente indicados pelo trabalhador. Para o Rio Grande do Sul, a participação dos Brancos e Amarelos ficou em 89,2%, e para as cidades da UNIPAMPA, em 87,7%. As cidades onde há uma maior participação de Brancos e Amarelos são Jaguarão (94,3%) e São Borja (93,6%), ou seja, nestas cidades a participação de pretos e pardos é muito pequena. Já a que apresenta um menor percentual é Bagé (83,4%), seguido de Alegrete (85,7%) e Caçapava do Sul (85,1%). Novamente, é possível que haja uma maior precariedade para os pretos e pardos no Mercado de trabalho.

Por fim, a análise da renda foi realizada utilizando como medida o salário hora. Neste sentido, para evitar distorções (gastos mais elevados com rescisão, pagamento de férias), foram analisados apenas os vínculos ativos, utilizando como métrica o salário médio recebido por hora semanal (ou seja, para obter a métrica do salário hora propriamente dito seria necessário dividir pelo número de semanas). Neste sentido, novamente, há uma diferença grande entre as cidades da UNIPAMPA, onde o salário por hora ficou em R\$55,34 e as demais cidades do Rio Grande do Sul, onde a média ficou em R\$67,87. Tal resultado já era esperado tendo em vista o modelo migratório para a região nordeste do estado. Das cidades da UNIPAMPA, temos Dom Pedrito onde a média ficou em R\$41,36 e a mais elevada foi Bagé, onde foi de R\$69,20. As demais cidades ficaram abaixo de 60 reais em termos médios.

CONCLUSÕES

Este trabalho teve como objetivo verificar as diferenças salariais entre as cidades que tem a UNIPAMPA e as o restante do Rio Grande do Sul. Neste sentido, as medidas utilizadas mostram que em diversas delas há uma proximidade, no entanto, cabe salientar que em duas a discrepância é grande: primeiro, no número de mulheres, onde a participação é significativamente menor e nos salários recebidos. Observa-se que mesmo nas cidades onde há UNIPAMPA, a realidade é muito distinta, indicando que possivelmente os resultados se modificam para as cidades.

REFERÊNCIAS

- BEM, Judite Sanson de; GIACOMINI, Nelci Maria Richter, WAISMANN, Moisés. Utilização da técnica da análise de clusters ao emprego da indústria criativa entre 2000 e 2010: estudo da Região do Consinos, RS. **Interações**. V. 16, n. 1, p. 27-41, 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/inter/v16n1/1518-7012-inter-16-01-0027.pdf>. Acesso em: 16 set 2018.
- BRASIL. DECRETO Nº 76.900, DE 23 DE DEZEMBRO DE 1975. Institui a Relação Anual de Informações Sociais – RAIS e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto/Antigos/D76900.htm. Acesso em: 15 set. 2018.
- CHAMMA, Renato Moraes. CAMARGO JUNIOR, Alceu Salles, TONETO JUNIOR, Rudinei. Uma Análise da Evolução do Emprego Formal na Atividade Canavieira, Cafeicultura e Citricultura no Estado de São Paulo. **XXXIV Encontro da ANPAD**. Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <http://www.anpad.org.br/admin/pdf/gol2842.pdf>. Acesso em: 15 Set. 2018.
- GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de Pesquisa**. São Paulo: Editora Atlas. 2002. Acesso em: 05 set. 2018.
- IBGE Projeção da População do Brasil e das Unidades da Federação, 2018. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/apps/populacao/projecao/>. Acesso em: 15 set. 2018.
- HOFFMANN, Rodolfo. **Estatística para Economistas**, 4ª Ed, 2006.



Microdados da Relação Anual de Informações Sociais. 2016.

SABOIA, João L. M.. TOLIPAN, Ricardo M. L. A Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) e o Mercado formal de trabalho no Brasil: Uma Nota. **Pesquisa e Planejamento Econômico**. V. 15. N. 2. 1985. Disponível em: <http://ppe.ipea.gov.br/index.php/ppe/article/viewFile/305/244>. Acesso em: 16 Set. 2018.

SANTOS, Rayany de Oliveira. NAKANO, Eduardo Yoshio. ANÁLISE DO TEMPO DE PERMANÊNCIA DE TRABALHADORES NO MERCADO DE TRABALHO DO DISTRITO FEDERAL VIA MODELO DE RISCOS PROPORCIONAIS DE COX E LOG-NORMAL **Rev. Bras. Biom.** São Paulo. V. 33. N. 4, p.570-584. 2015. Disponível em:

http://jaguar.fcav.unesp.br/RME/fasciculos/v33/v33_n4/A10_Santos_Nakano.pdf. Acesso em: 16 Set 2018.

STERNBERG, Sandra. A RAIS Migra como Instrumento de Análise no Mercado de Trabalho. **Ensaios FEE**. 2001.



OS ASPECTOS CULTURAIS DA FERRADURA DOS VINHEDOS

Eixo de Pesquisa: Economia e Desenvolvimento Regional, Territorial, Rural e Sustentável

Samara Teixeira de Oliveira⁽¹⁾, Tanise Brandão Bussmann⁽²⁾, Avelar Batista Fortunato⁽³⁾

⁽¹⁾ Graduanda do curso de Relações Internacionais e bolsista da Universidade Federal do Pampa. Santana do Livramento, RS. Contato: samara_sbo@hotmail.com

⁽²⁾ Professora do magistério superior da Universidade Federal do Pampa. Santana do Livramento, RS. Contato: tanise@unipampa.edu.br

⁽³⁾ Professor aposentado do magistério superior da Universidade Federal do Pampa. Santana do Livramento, RS. Contato: avelar.fortunato@gmail.com

Palavras-Chave: Ferradura dos Vinhedos, Elementos da Cultura Local, Desenvolvimento Econômico.

INTRODUÇÃO

Este trabalho vem explicar os aspectos culturais do projeto de extensão Ferradura dos Vinhedos, da Universidade Federal do Pampa. Este foi desenvolvido pelo Professor Dr. Avelar Fortunato, no ano de 2010. Com intuito de atingir o âmbito acadêmico e externo da região de Santana de Livramento, atualmente projeto agora organiza as pesquisas elaboradas sobre o turismo regional e sobre a produção local de vinho.

Ademais, realiza eventos locais e regionais com os proprietários e empresários que são atingidos por conta da mobilização de recursos que envolvem a Ferradura dos Vinhedos. No ano de 2018, a Ferradura dos Vinhedos foi estabelecida como Rota Turística Oficial do Rio Grande do Sul, pelo projeto de Lei nº. 139/2017. Desde 2016 ocorre o Seminário Acadêmico da Ferradura dos Vinhedos na UNIPAMPA campus Santana do Livramento e neste ano de 2018 o seminário será organizado em conjunto com o 5º Festival de Enogastronomia, do qual reúne visitantes, turistas, gastrônomos e pesquisadores para a região.

Segundo uma entrevista do jornal local, A Plateia, a coordenadora executiva do Festival afirma que “Além do turismo de compras, há um espaço enorme do desenvolvimento do turismo que a gente chama de enogastrômico, essa junção entre a qualidade e a diversidade dos vinhos locais com uma gastronomia diferenciada na fronteira”. Desse modo, percebe-se que a agregação do Seminário ao Festival irá atrair uma concentração ainda maior do público de ambos eventos.

Como foi citado no artigo de Bidarte; Cassanego; Pinto, 2017, p. 2:

“Na propriedade rural que ocorre a interação do indivíduo com o meio ambiente, podendo resultar em várias formas de se relacionar e se organizar com a natureza, a história e a cultura. A partir disso, os recursos naturais, históricos e culturais constituem possibilidades de aproveitamento no processo de formulação de estratégias turísticas e podem ser transformados em entretenimento, fonte de lazer e conhecimento para os visitantes.”.

Dito isso, este projeto tem por objetivo conectar os aspectos culturais, naturais e históricos que são promovidos pela rota turística Ferradura dos Vinhedos, com a comunidade acadêmica e externa



do município de Santana do Livramento, uma vez que essa rota envolve produtores locais, empresários e pesquisadores que ao desenvolverem suas atividades, produzem um acumulado cultural que é propagado para a população do município e seus turistas. Essa produção cultural, pode ser identificada como as consequências geradas pelas atividades realizadas pelos participantes envolvidos com a rota.

METODOLOGIA

Esta pesquisa é do tipo descritiva, ou seja, ela tem como método a descrição do processo. Para tanto, foi utilizado o método explanatório com finalidade de desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias para a formulação de abordagens posteriores da pesquisa (GIL, 1999, p. 43). Isso foi feito através de uma entrevista aplicada em algumas instituições que contribuem para o turismo rural e regional do município de Santana do Livramento.

Das instituições entrevistadas, podem ser citadas a vitivinícola Cordilheira de Santana e os produtores de azeites e azeitonas OlivoPampa. As entrevistas foram realizadas de forma online. As informações buscadas pela entrevista foram:

- Como esta instituição contribui para o desenvolvimento do turismo na região?
- Esta instituição promove quais tipos de atividades? Dentro dessas atividades, que possuem envolvimento com a Rota da Ferradura dos Vinhedos?
- Esta instituição possui instalações no município ou na Ferradura das quais os turistas podem visitar? Como é a estrutura e o período de visitação para o público?
- Se a instituição conhece a Ferradura, responda como esta instituição conheceu ou se instalou na Rota da Ferradura dos Vinhedos?
- A instituição possui disponibilidade para realizar alguma palestra (provavelmente no mês de setembro ou outubro) na UNIPAMPA? Seria para falar sobre os aspectos culturais que sua instituição traz para o município de Santana do Livramento e/ou para a Ferradura, no sentido de realizar alguma oficina ou apresentação cultural para o público.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A produção cultural que é desenvolvida pelos participantes envolvidos na rota da Ferradura dos Vinhedos, pode ser identificada como as consequências geradas pelas atividades normais dos participantes envolvidos com a rota, ao realizarem seu trabalho. Dessas consequências, podem ser citadas a própria visitação da rota pelos turistas, pois é nesse momento que ocorre a apresentação do local, a partir dos seus marcos naturalmente instalados na rota que fica na região rural do município como o Cerro da Cruz, o binacional Cemitério da Cruz, os Passos da Cruz e do Guedes, o Cerro de Palomas, a pegada de dinossauro e a apresentação das tradições culturais feita pelos Centros de Tradições Gaúchas (CTG) que são parceiros da rota.

Ademais ocorrem visitas nas vinícolas, das quais possuem suas matrizes de produção instaladas na rota da Ferradura. Todas essas movimentações, promovem de maneira indireta uma fomentação do comércio local, uma vez que, para irem até o local os turistas utilizam das agências de turismo da cidade, se hospedam em hotéis e fazem suas compras de alimentação e consumo próprio, dentro do município.

A partir dessas movimentações, se observa que no momento em que o trabalho dos participantes envolvidos com a rota, atrai um público de turistas, essa atração gera uma circulação de pessoas e informações que promove relações de trocas comerciais e de cultura. E é partir dessa relação, que a produção cultural gerada então pela Ferradura dos Vinhedos atinge a população local e os turistas que disseminam essas informações e atingem pesquisadores que observam todo esse ciclo e estudam



sobre a possibilidade de crescimento do projeto como fonte de desenvolvimento econômico para o município.

Desse modo, segundo Bidarte; Cassanego; Pinto, 2017, p. 1: “as estratégias dos empresários e produtores locais, utilizando recursos naturais, históricos e culturais, têm sido desenvolvidas com a finalidade de aproveitar as potencialidades das propriedades e de ofertar atividades turísticas a uma demanda cuja motivação é o contato com a natureza, a história e a cultura local”. A fim de descobrir e conhecer melhor essas potencialidades das propriedades locais, foi realizado uma entrevista com as instituições vitivinícola Cordilheira de Santana e os produtores de azeite e azeitonas OlivoPampa.

Com essas entrevistas, foi possível concluir que as empresas produtoras locais da Ferradura dos Vinhedos, já estavam instalados no local quando a rota foi desenhada e promovem atividades para os turistas que visitam os estabelecimentos da produção na Rota da Ferradura dos Vinhedos. Estas empresas atendem para visitas durante os 7 dias da semana em horário de expediente pré-estabelecido por agendamento. Além disso, na visita os turistas podem contar com degustação de seus produtos. Sendo assim, a atuação do roteiro veio a somar com o que já estava sendo realizado na região.

CONCLUSÕES

Com esta pesquisa foi possível concluir que a Rota da Ferradura dos Vinhedos, como fonte de trabalho, é uma atividade viável, na qual os proprietários buscam o bem-estar familiar e a complementação de renda. No entanto, a Ferradura como rota turística, gera todo um ciclo de movimentação cultural e comercial, a partir do trabalho desses produtores locais que aproveitam da oportunidade dos recursos naturais e históricos da região.

Sendo assim, esse ciclo de movimentação cultural e comercial, contribui para a manutenção do patrimônio local e da tradição cultural da região. Isso faz da Rota da Ferradura dos Vinhedos, um ponto de alta importância sociocultural para o município de Santana do Livramento que deve continuar sendo desenvolvido pela comunidade externa e estudado pela comunidade acadêmica, uma vez que é uma fonte para diversas linhas de debate e pesquisa.

REFERÊNCIAS

A PLATEIA. **Pré-lançamento do Festival de Enogastronomia reúne representantes locais.**

Disponível em: <<http://www.aplateia.com.br/2018/08/04/pre-lancamento-do-festival-de-enogastronomia-reune-representantes-locais/>>. Acesso em 16 de set. de 2018.

BIDARTE, CASSANEGO, PINTO. **Natureza, História e Cultura como Elementos Centrais na Promoção do Turismo em Empreendimentos Rurais Santanenses.** II Seminário Acadêmico Ferradura dos Vinhedos, Santana do Livramento, 2017.

BUSSMANN, Tanise. **Ferradura dos Vinhedos: Ações e Reflexões na Fronteira da Paz.** 36º Seminário de Extensão Universitária Região Sul, Porto Alegre, 2018

FABIANA. **Pesquisa qualitativa, exploratória e fenomenológica: Alguns conceitos básicos.** Disponível em: <<http://www.administradores.com.br/artigos/negocios/pesquisa-qualitativa-exploratoria-e-fenomenologica-alguns-conceitos-basicos/14316/>>. Acesso em 16 de set. de 2018.



FORTUNATO, LINS, PATIAS. **Ferradura dos Vinhedos em Santana do Livramento - RS: Turismo e Desenvolvimento na Fronteira do Brasil com o Uruguai.** II Seminário Acadêmico Ferradura dos Vinhedos, Santana do Livramento, 2017.



PIB AGRONEGÓCIO BRASILEIRO: IMPORTÂNCIA E REPRESENTATIVIDADE

Eixo de Pesquisa: Organizações e Desenvolvimento

Silvana de Lima Trindade⁽¹⁾, Luthieli Lopes dos Santos⁽²⁾

(1)Tecnóloga em Agronegócio, Universidade Federal do Pampa, Dom Pedrito, RS, trindadesilvana12@gmail.com (2)

(2)Tecnóloga em Agronegócio, Universidade Federal do Pampa, Dom Pedrito, RS, luthieli_ls@hotmail.com.

Palavras-Chave: PIB, agronegócio.

INTRODUÇÃO

O Produto Interno Bruto (PIB) define-se como a soma total da produção em nível nacional de bens e serviços de diversos setores da economia objetivando em medir o índice de riqueza de uma determinada região. É considerado como o principal indicador utilizado pelas pessoas que se envolvem com as análises estatísticas e tomadas de decisões de políticas governamentais (VANÍCOLA, 2009). Dentro desta medição, o setor do agronegócio possui uma grande participação obtendo um lugar de muita relevância na economia do Brasil ao longo de sua história, atingindo um percentual de 27% de seu PIB (FURTUOSO E GUILHOTO, 2003). No ano de 2008 os setores que compõem o Agronegócio já eram responsáveis, segundo o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), por cerca de 1/3 do PIB do Brasil, alocando aproximadamente 38% da mão-de-obra do país e responsabilizando-se por 42% das nossas exportações, transformando-se no setor mais importante na nossa economia atualmente, apresentando crescimentos expressivos, impulsionado principalmente pela globalização dos mercados, aumento das taxas demográficas mundiais e o aumento da demanda por alimentos a nível mundial.

Diante deste quadro que o Agronegócio apresenta, este trabalho tem como objetivo em demonstrar, analisar e discutir os dados do PIB nos últimos dez anos, com o intuito de analisar o avanço da participação dos setores que formam o Agronegócio no PIB Nacional, e descrever qual a importância do fortalecimento do PIB do Agronegócio, e o que representa na economia do país através da amostragem de dados estatísticos para que possa tornar visível quais as parcelas ocupadas pelos agregados do PIB do agronegócio.

METODOLOGIA

O presente estudo trata de uma pesquisa de caráter quantitativo através de dados secundários, ou seja, utilizando de dados previamente publicados. Quanto aos objetivos, a pesquisa se caracteriza como descritiva, onde o objetivo é descrever os fenômenos sem interferir no meio pesquisado, o qual envolve coleta de dados e observação do pesquisador. Quanto a abordagem, a análise do conteúdo foi realizada através de estatística descritiva.

Os dados desta pesquisa foram coletados através de sites de estatística e de pesquisa econômica governamental e/ou não governamental, que buscam construir análises gerais dos temas que compõem as contas nacionais. Os dados para a elaboração dos resultados desta pesquisa são referentes aos últimos dez anos, de 2007 a 2017.

Após a coleta dos dados, os mesmos foram tabulados em planilhas eletrônicas do programa Excel da *Microsoft*, e posteriormente foram submetidos a análise estatística descritiva básica como porcentagens e demonstrações através de gráficos.



RESULTADOS E DISCUSSÃO

O Valor Bruto da produção do agronegócio alcançou R\$ 536,5 bilhões em 2017, dos quais R\$ 342,6 bilhões foram provenientes da agricultura e 193,9 advindos da pecuária (CNA, 2018), e em 2016, a soma dos bens e serviços gerados no agronegócio chegou a R\$ 1,3 bilhão, aproximadamente 23,6% do PIB Brasileiro. Esse resultado mostra que o agronegócio Brasileiro tem potencial de crescimento e nos últimos anos é o responsável pelo equilíbrio das contas Nacionais, sendo que no último ano foi responsável pelo Superávit das contas segundo dados da Confederação da Agricultura e Pecuária, a CNA em 2018.

Tabela 1 – PIB Do Agronegócio Brasileiro Entre Os Anos De 2007/2017 em R\$ milhões.

Anos	Agronegócio	Brasil	Participação (%)
2007	618.054	2.720.263	22,7%
2008	710.174	3.109.803	22,8%
2009	717.330	3.333.039	21,5%
2010	841.025	3.885.847	21,6%
2011	920.264	4.376.382	21,0%
2012	934.578	4.814.760	19,4%
2013	1.022.027	5.334.619	19,2%
2014	1.101.374	5.778.953	19,1%
2015	1.231.419	5.995.787	20,5%
2016	1.428.880	6.259.228	22,8%
2017	1.418.778	6.559.920	21,6%

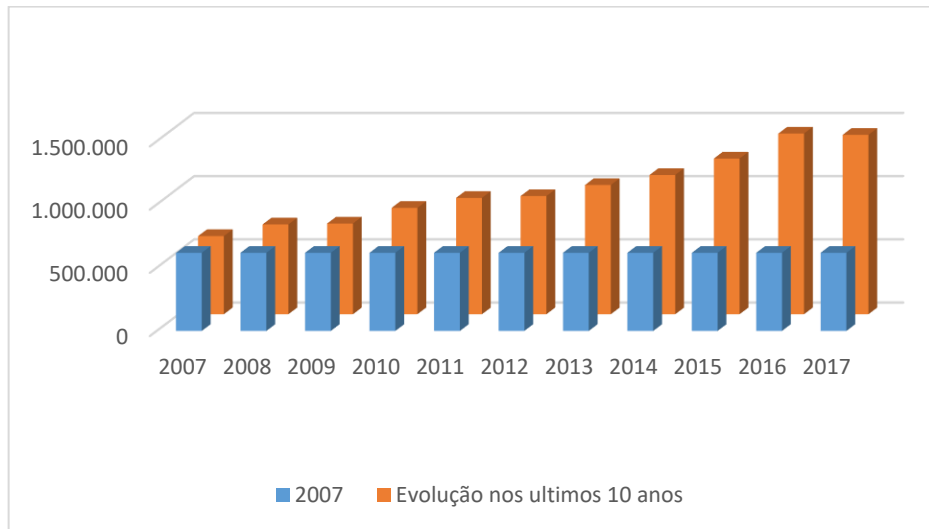
Fonte: Elaboração dos autores com base nos dados do Cepea/CNA

Conforme a Tabela 1 demonstra, o PIB total do Agronegócio no Brasil obteve uma constante mudança positiva nos últimos dez anos que contribui imensamente para a economia do país, pois em dez anos o aumento no agregado foi três vezes maior no ano de 2017 em relação ao ano de 2007, acompanhando o crescimento da economia do país, mantendo a sua participação alta no PIB do Brasil, e dentre esses anos a maior porcentagem de participação foi no ano de 2016, devido a uma supersafra no setor agrícola agregando mais de 1 milhão de reais ao Agronegócio Brasileiro, movimento a indústria de insumos, serviços e indústria beneficiadora (CEPEA, 2018).

Mais detalhadamente, o gráfico a seguir mostra em porcentagens os números do PIB total do agronegócio no Brasil o que revela com mais nitidez a sua grande evolução.



Gráfico 1 - Evolução do PIB do Agronegócio Brasileiro nos últimos dez anos em relação ao ano de 2007.



Fonte: Elaboração dos autores com base nos dados do Cepea/CNA

Como demonstrado no Gráfico 1, esta claro como o PIB do Agronegócio evoluiu gradativamente obtendo crescimentos significativos a cada ano.

Em relação ao ano de 2007 o PIB do Agronegócio aumentou expressivamente, chegando aos 129,55% de crescimento no último ano se compararmos a parcela que o mesmo ocupava em 2007. Com o gráfico pode-se observar que a cada ano que passa o Agronegócio se fortalece e mantém os índices econômicos do Brasil em um patamar alto fazendo com que a economia se mantenha estável em momentos de crise global.

Fica enfatizado que o cenário do agronegócio no Brasil ajuda a manter grande parte da economia brasileira em uma escala estável, tendo em vista que a tecnologia implantada nos campos, as grandes produções na agricultura e pecuária, aquisição de insumos e os serviços referentes ao agronegócio ajudam a compor um quadro favorável e satisfatório para o enriquecimento da economia nacional.

CONCLUSÕES

O Brasil é um país com vocação para o agronegócio principalmente devido às suas aptidões e características diversas, encontradas no clima favorável, no solo, na água, no relevo e na luminosidade, sem mencionar a capacidade de expansão agrícola sem necessariamente agredir o meio ambiente. Com esse estudo, pode se concluir com a análise da evolução do PIB do agronegócio brasileiro em relação as contas nacionais, que a agricultura e pecuária vem sendo responsável pelo equilíbrio das contas do país, pois nos últimos anos o seu avanço vem mantendo e até mesmo aumentando o PIB do país, sendo o ponto chave para os superávits das contas nacionais finais.

Por fim, o PIB do agronegócio, calculado pelo critério de preços constantes, apresenta estimativas de alta para 2018, e ainda segundo dados do Cepea, as estimativas anuais de variação do setor são de 1,23% ate 2,16% entre os seguimentos do agronegócio, que mostra que a estimativa para 2018 seja novamente de uma expansão mostrando quão responsável e quão importante é o setor para as contas nacionais fecharem no verde no fim do ano de 2018.



REFERÊNCIAS

CENTRO DE ESTUDOS AVANÇADOS EM ECONOMIA APLICADA– **CEPEA**. Disponível em: <<https://www.cepea.esalq.usp.br/br/>>. Acesso em: 17 set. 2018

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA AGRICULTURA E PECUÁRIA. **CNA**. Disponível em: <<https://www.cnabrazil.org.br/>>. Acesso em 17 set. 2018

FURTUOSO, M.C.O.; GUILHOTO, J.J.M. Estimativa e Mensuração do Produto Interno Bruto do Agronegócio da Economia Brasileira, 1994 a 2000*. **Revista de Economia e Sociologia Rural**. vol.41, nº4, 2003.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR - **MDIC**. Disponível em: <<http://www.mdic.gov.br/sitio/interna/interna.php?area=5&menu=1955>> Acesso em 15 set. 2018.

VANÍCOLA, C. R. Índice de Felicidade Interna, o Produto Interno Bruto das Nações e outros Indicadores Quantitativos Um Estudo sobre as suas relações. **Resende: Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia**, 2009.



EVOLUÇÃO DO DESENVOLVIMENTO DE SANT'ANA DO LIVRAMENTO E OS MUNICÍPIOS DA QUARTA COLÔNIA DE IMIGRAÇÃO ITALIANA

Eixo de Pesquisa: Organizações e Desenvolvimento

Márcio Pereira Cordeiro ⁽¹⁾

(1) Administrador; Universidade Federal do Pampa; Santana do Livramento, RS; marciocordeiro@unipampa.edu.br

Palavras-Chave: Desenvolvimento, imigração, comparativo, PIB, IDHM.

INTRODUÇÃO

A colonização no século XIX visava, além da proteção contra invasão de outros países, o povoamento e a exploração da terra através de atividades agropecuárias. Em Sant'Ana do Livramento o processo de povoamento, o intuito era proteger o território recentemente conquistado do Uruguai e fomentar a pecuária na sesmaria. Já na Quarta Colônia de Imigração Italiana, visava-se o estímulo ao trabalho rural e à produção de alimentos na colônia agrícola.

Conforme Perroux (1977) as regiões não se desenvolvem concomitantemente, nem da mesma maneira, tão pouco na mesma intensidade. Cabe ressaltar que desenvolvimento econômico é definido por diferentes teorias, como uma transformação histórica, lenta e desequilibrada no espaço e no tempo. Assim é de relevar que ocorram discrepâncias no processo de crescimento das regiões, principalmente por que foram colonizadas em épocas dispares e por imigrantes com metodologias de trabalho diferente, sendo que este último influencia diretamente no modo e na velocidade do desenvolvimento.

Furtado (2005, p. 121) infere que "a chave de todo o problema econômico estava, portanto, na oferta de mão-de-obra". Assim o processo de migração, independente da forma e época que tenha ocorrido, contribuiu para o desenvolvimento de ambas as regiões, além de influenciar em questões culturais, sociais e políticas. No entanto, por se dar em regiões e momentos diferentes e por motivos distintos, pode ter desencadeado processos de desenvolvimento que levaram as regiões a condições específicas.

Assim, este estudo teve por objetivo comparar o desenvolvimento do município de Sant'Ana do Livramento com os municípios da Quarta Colônia, a fim de identificar se existem desigualdades contemporâneas no desenvolvimento das regiões, perceptíveis a partir da comparação de indicadores de desenvolvimento. A identificação de distinções nos indicadores observados pode sinalizar a necessidade de ampliar-se o entendimento das diferenças históricas existentes na ocupação dos dois territórios, como forma de compreensão de seus distintos percursos. Este estudo justifica-se por este caráter exploratório inicial.

METODOLOGIA

Os municípios objetos deste estudo, foram Sant'Ana do Livramento, Agudo, Dona Francisca, Faxinal do Soturno, Pinhal Grande, Ivorá, Nova Palma, Restinga Seca, São João do Polêsine e Silveira Martins. Sant'Ana do Livramento foi inicialmente ocupada por índios minuanos e charruas, e após a tomada pelas tropas portuguesas das colônias espanholas na Bacia Platina, iniciou-se o povoamento com a doação das primeiras sesmarias em 1814 (ALBORNOZ, 2008), sua fundação foi em 30 de julho de 1823 e emancipação de Alegrete em 1857. Os municípios da Quarta Colônia todos se emanciparam de Silveira Martins, e de acordo Sponchiado (1996), esse teve sua colonização iniciada em 1877 e era



nominado de Colônia de Silveira Martins, que pertencia a Santa Maria e sua emancipação ocorreu em 1890.

Para comparar os municípios foi realizada pesquisa quantitativa, de caráter comparativo, a partir do uso de dados de fonte secundária. Os indicadores selecionados para comparar o desenvolvimento das regiões foram: Produto Interno Bruto (PIB), PIB per capita, PIB por setor referente aos anos de 2010 e 2015, IDHM, Índice de Gini, Índice de Theil – L, durante os anos de 1991, 2000 e 2010.

O problema da escolha de indicadores não é apenas uma questão de praticidade, pois melhor que seja a sua construção, eles não serão capazes de medir o desenvolvimento de uma região, assim deve-se apresentar e incluir indicadores percentuais e estruturais, que evidenciem o refinamento dos dados e da própria análise e estes são necessários para permitir análises e comparações entre regiões, para subsidiar as políticas de desenvolvimento (SIEDENBERG, 2003).

As fontes utilizadas para coleta dos dados foram o Instituto Brasileiro de Estatística (IBGE), Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser (FEE). Os dados foram inseridos em planilha eletrônica, e o tratamento e a análise foi através da estatística descritiva dos dados coletados.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os índices de desenvolvimento das regiões

Os Índice de Gini e de Theil-L são utilizados para medir o grau de desigualdade, ambos quanto mais próximo de zero, indicam menor concentração de renda.

Tabela 1 – Evolução dos Índice de Gini, e Theil-L das regiões

Espacialidades	Índice de Theil - L			Índice de Gini			IDHM		
	1991	2000	2010	1991	2000	2010	1991	2000	2010
Agudo	0,7	0,51	0,5	0,61	0,53	0,52	0,449	0,593	0,694
Dona Francisca	0,58	0,46	0,38	0,56	0,51	0,46	0,479	0,605	0,697
Faxinal do Soturno	0,52	0,44	0,4	0,54	0,5	0,47	0,54	0,643	0,72
Ivorá	0,56	0,32	0,36	0,55	0,42	0,44	0,512	0,637	0,724
Nova Palma	0,7	0,48	0,52	0,6	0,52	0,53	0,51	0,659	0,744
Pinhal Grande	0,71	0,59	0,51	0,6	0,55	0,51	0,405	0,566	0,678
Restinga Seca	0,64	0,56	0,5	0,6	0,56	0,52	0,49	0,586	0,683
São João do Polêsine	0,47	0,56	0,51	0,51	0,56	0,53	0,499	0,686	0,748
Silveira Martins	0,57	0,53	0,46	0,56	0,53	0,5	0,502	0,652	0,742
Sant'Ana do Livramento	0,67	0,66	0,54	0,6	0,6	0,54	0,557	0,663	0,727

Fonte: Elaborado pelo autor, com base PNUD (2013) e FEE (2015)

Com base na tabela 1, Sant'Ana do Livramento reduziu o Índice de Theil-L em 0,13 de 1991 para 2010, em comparação aos municípios da Quarta Colônia, a taxa de redução foi inferior, o que colocou o município em ultimo lugar em 2010. Em 1991, Sant'Ana do Livramento tinha o índice menor que Agudo, Nova Palma e Pinhal Grande, mas em 2010 esses municípios tiveram uma redução de 0,2, 0,18 e 0,2 respectivamente, assim, Sant'Ana do Livramento tornou-se o município com maior desigualdade de renda.

Na análise do Índice de Gini, Sant'Ana do Livramento em 1991 era menor apenas do que Agudo, mas em 2010 era o maior, enquanto os município da Quarta Colônia tiveram uma redução média de 13% no referido índice, Sant'Ana do Livramento obteve uma redução de 10%, assim, conforme o Índice de Gini, Sant'Ana do Livramento é a cidade com maior desigualdade de renda.

Evidencia-se a evolução dos municípios quanto ao IDHM, houve um crescimento. Sant'Ana do Livramento, apresenta no primeiro período o melhor IDHM com uma diferença a favor de 0,071, mas em 2010 passou a ocupar a quarta posição, com uma taxa de crescimento do IDHM em torno de 30,52%, ante a uma taxa de crescimento média de 44,85% dos municípios da Quarta Colônia.



Tabela 2 – Evolução do PIB das regiões

Em R\$	Quarta Colônia			Sant'Ana do Livramento		
	2000	2010	2015	2000	2010	2015
VAB Agropecuária	113.218.253	224.045.647	429.724.840	49.704.093	113.163.895	256.132.689
VAB Indústria	80.722.239	355.419.874	421.818.415	38.811.641	37.285.881	308.017.441
VAB Serviços	165.977.222	474.198.740	846.588.745	271.918.356	657.006.216	1.224.164.221
PIB	380.609.474	1.117.111.202	1.801.535.780	395.205.880	873.868.315	1.901.220.228
PIB <i>per capita</i>	5.999	18.405	29.921	4.318	10.591	22.915

Fonte: Elaborado pelo autor, com base IBGE (2018) e FEE (2018)

Na tabela 2, observa-se que o PIB da Quarta Colônia teve um crescimento de 473% no PIB e 498% no PIB per capita, e Sant'Ana do Livramento obteve um crescimento de 481% no PIB e 530% no PIB per capita sem considerar a atualização dos valores, e mesmo com o maior incremento é o menor das regiões.

Em análise do VAB Agropecuária, destaca-se a diferença existente entre as regiões, em todos os anos, a Quarta Colônia tem praticamente duas vezes o valores de Sant'Ana do Livramento. Em 2015 o VAB Agropecuária da Quarta Colônia representa 23,85% do PIB, enquanto em Sant'Ana do Livramento é 13,47%, o que demonstra a melhor geração de renda da agropecuária na região de imigração italiana. No VAB Indústria Sant'Ana do Livramento teve um grande avanço de 2010 para 2015. Observa-se no VAB Serviços o maior gerador de renda da regiões, com destaque para Sant'Ana do Livramento que supera a Quarta Colônia em 377 milhões de reais.

Com o avanço do setor de serviços o PIB de Sant'Ana do Livramento superou em 100 milhões o PIB da Quarta Colônia em 2015, ante uma diferença negativa de 243 milhões em 2010. Por outro lado, observa-se que o PIB per capita de Sant'Ana do Livramento correspondia a 57,54% em 2010 e a 76,85% em 2015 do PIB per capita da Quarta Colônia, embora tenha uma melhora, segue com uma diferença negativa. Mesmo a Quarta Colônia tendo uma área total correspondente a 35% do território ocupado por Sant'Ana do Livramento e uma população total equivalente a 73%, consegue ter desempenho superior.

CONCLUSÕES

Como pode ser visto, o processo de colonização das regiões foram distintos, o que impacta no nível de desenvolvimento de cada região, embora em Sant'Ana do Livramento teve início 63 anos antes, neste estudo não verifica-se vantagem quanto aos municípios da Quarta Colônia. Os municípios ressentem ainda os reflexos do período de colonização, ambas não se industrializaram, e o setor de serviços tem a maior participação na formação do PIB, e o setor primário é mero exportador de matéria prima.

Assim é necessário que as políticas públicas, tanto em âmbito municipal, estadual e federal sejam orientadas em medidas para evitar cada vez mais a ampliação da desigualdade nas regiões. Um exemplo de política adotada em conjunto dos municípios da Quarta Colônia foi a criação do CONDESUS, em que as ações para o desenvolvimento não são temporárias e sim contínuas, sucedem pelos mandatos municipais.

Ambos os municípios carecem melhorar seus índices de desenvolvimento, pois como apontado por Oliveira et al. (2013) as regiões são consideradas com desenvolvimento retardatário. Embora, verifica-se que a região da Quarta Colônia esteja adiantada neste ponto, a criação de um consórcio regional de desenvolvimento é um passo importante, além disso, os índices demonstram o quanto a região já evoluiu do primeiro ao último ano do estudo. Por outro lado, Sant'Ana do Livramento apresenta



índices de desigualdade superior e IDHM que evolui de modo mais comedido que os municípios da Quarta Colônia.

REFERÊNCIAS

ALBORNOZ, Vera do P.L. Fronteira Gaúcha: Santana do Livramento. **Caderno de História: Memorial do Rio Grande do Sul**. Secretaria de Estado da Cultura – Governo do Estado do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2008.

FURTADO, C. Formação econômica do Brasil. 32. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2005.

OLIVEIRA, N. M; EBERHARDT, P. H. C; LIMA, J. F. **Notas sobre as etapas de desenvolvimento econômico: Uma análise para a região Sul**. VI Seminário Internacional sobre Desenvolvimento Regional do Rio Grande do Sul, UNISC, 2013. Anais. Santa Cruz do Sul: UNISC, 2013. Disponível em: <https://www.unisc.br/site/sidr/2013/Textos/16-2.pdf>. Acesso em: 02/05/2018.

PERROUX, F. Nota sobre a noção de pólo de crescimento, in: SCHWARTZMAN, Jacques. **Economia Regional: textos escolhidos**. Belo Horizonte: CEDEPLAR. 1977.

SIEDENBERG, D. Indicadores de desenvolvimento socioeconômico: uma síntese. **Desenvolvimento em Questão**, v.1, n.1, jan./jun., p. 45-71, 2003

SPONCHIADO, B. A. **Imigração & 4a Colônia**. Nova Palma & Pe. Luizinho. Universidade Federal de Santa Maria. Santa Maria, 1996.



MEDIDAS CONTEMPORÂNEAS DE DESENVOLVIMENTO

Eixo de Pesquisa: Organizações e Desenvolvimento

Fernanda Moreira Araújo⁽¹⁾

⁽¹⁾ Mestranda do Programa de Pós-graduação em Administração da Universidade Federal do Pampa, Santana do Livramento, Rio Grande do Sul; fe.gestora@gmail.com

Palavras-Chave: Índices de desenvolvimento, Medidas de desenvolvimento, IDH, PIB, FIB

O conceito de desenvolvimento é recente dentro das ciências econômicas. Seu surgimento, enquanto teoria científica, figura a partir da Segunda Grande Guerra. Foi viabilizado materialmente pela Revolução Industrial e fundamentado nos âmbitos histórico e cultural da Revolução Francesa (SIEDENBERG, 2001; AMARO, 2003; MORETTO; GIACCHINI, 2006). Ainda assim não é um conceito unânime ou claro. Frequentemente se utilizam de junções gramaticais e adjetivos na tentativa de melhor explicá-lo, como, por exemplo, desenvolvimento sustentável, endógeno, territorial, local, humano... E, contudo, este conceito continua mostrando-se difuso e até mesmo vazio de significado (SIEDENBERG, 2001).

Para Souza (2009), não há consenso quanto uma definição do conceito de desenvolvimento. No entanto, o autor salienta que em seu surgimento este conceito era visto sob um viés exclusivamente econômico, ou seja, desenvolvimento era sinônimo de crescimento econômico. Isso vem ao encontro da adoção no final da década de 1940 do Produto Interno Bruto – PIB, como indicador de desenvolvimento das nações, sendo que este índice foi criado com o propósito de medir apenas o crescimento econômico de um país (SALES, et al. 2012; SIQUEIRA, 2014).

Com o passar do tempo e em consequência de externalidades negativas do crescimento econômico este deixou de ser considerado um sinônimo de desenvolvimento. Levando em conta fatores como meio ambiente, cultura, qualidade de vida e felicidade. Com base no exposto, o presente trabalho tem por objetivo entender a evolução do conceito de desenvolvimento desde sua formulação, apresentando suas mudanças e os acontecimentos que levaram às novas interpretações do conceito. Especificamente, busca-se definir os índices de desenvolvimento selecionado – PIB, IDH e FIB, com seus respectivos cálculos, contextualizando de que fase do entendimento do conceito de desenvolvimento cada um deles surgiu.

METODOLOGIA

Para compreender a evolução do conceito de desenvolvimento e os índices utilizados para mensurá-lo foi realizada uma pesquisa qualitativa, de caráter descritivo e com método pesquisa bibliográfico e documental (GIL, 2008). Foram utilizados autores clássicos e informes com dados estatísticos para estabelecer os conceitos de desenvolvimento abordados, entender cada índice selecionado e seu cálculo.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O PIB mede a soma de todos os bens e serviços produzidos na economia de um país, em um determinado período (SALES, et al. 2012). O PIB foi criado em 1937 por Simon Kuznets, mas somente foi adotado em 1944, depois da conferência de Bretton Woods (OSWALD, 2014). O cálculo do PIB consiste na seguinte fórmula: $PIB = C + I + G + X - M$. Onde C representa o consumo privado; I representa a totalidade de investimentos realizada no período; G equivale aos gastos do governo; X é o volume de exportações; e, M é o volume de importações. Ao confundir os conceitos de desenvolvimento e crescimento econômico estipulou-se que a industrialização seria fator primordial e completo para que um país alcançasse o desenvolvimento, também tornaram-se sinônimo: país industrializado e país desenvolvido. Conforme Rodolfo Stavenhagen (1967), há uma tese aceita no



meio acadêmico e governamental que os países da América Latina são sociedades duais. Sendo que uma seria a parte arcaica da sociedade, enraizada no setor agrário, essencialmente familiar, apegada às tradições e portanto estagnada e retrógrada e a outra face desta sociedade seria o seu contraponto moderno, urbano, progressista, industrializada e conseqüentemente desenvolvido.

Esse processo de desenvolvimento industrial trouxe novas externalidades: os acidentes ambientais. Essa preocupação com o meio ambiente teve início com o grande nevoeiro de poluição atmosférica que pairou sobre Londres em 1952, o fenômeno ficou conhecido como *Smog*, e levou oito mil pessoas a óbito. No Japão, entre 1950 e 1960, houve em Minamata um grave problema de saúde pública que afetou milhares de pessoas e matou duas mil, estas pessoas sofreram intoxicação causada pelos dejetos de mercúrio que eram despejados na Baía de Minamata por uma fábrica local. Também foi amplamente debatida a questão do uso do dicloro difenil tricloetano – DDT, inseticida altamente eficaz no combate a insetos, mas que posteriormente descobriu-se os nocivos efeitos colaterais do uso do pesticida que foram denunciados no livro *Primavera Silenciosa*, publicado em 1962, de autoria da bióloga estadunidense Rachel Carson (SWISSINFO, 2008; UNEP, 2008; COSTA; DAMASCENO; SANTOS, 2012; KAWANAMI, 2014).

A partir desta situação surgiu a necessidade de renovar o conceito de desenvolvimento, tendo em vista que, os desastres anteriormente mencionados, foram conseqüências diretas do desenvolvimento econômico. Um grupo de cientistas, conhecido como Clube de Roma, reuniu-se em 1968 para debater os problemas ambientais ocasionados em decorrência do crescimento econômico, as ideias e projeções realizadas pelo Clube de Roma foram conhecidas através da publicação do estudo intitulado “Os limites do crescimento” (COSTA; DAMASCENO; SANTOS, 2012). Em 1972, a Conferência de Estocolmo sinalizou a preocupação de combinar desenvolvimento com preservação ambiental, os onze dias de debate culminaram com a elaboração e divulgação de um guia de 26 itens, denominados “princípios”, este documento ficou conhecido como a Declaração de Estocolmo sobre o ambiente humano (DIEGUES, 1992).

Em 1990, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD, formulou pela primeira vez o conceito de Desenvolvimento Humano, segundo o qual: “as pessoas são a verdadeira riqueza das nações” (PNUD, 2010), e para avaliar o desempenho dos países nesse aspecto foi criado o Índice de Desenvolvimento Humano – IDH, que busca mensurar o progresso em três áreas: saúde, educação e renda. Amartya Sen (2010), O índice varia de 0 - nenhum desenvolvimento humano, até 1 - pleno desenvolvimento humano. E tem a seguinte fórmula: $IDH = L+E+R / 3$. Onde L significa Longevidade; E representa Educação; R equivale a Renda. Para medir a longevidade se considera a expectativa de vida ao nascer. O nível de Escolaridade medido pela taxa de adultos alfabetizados e taxa bruta de matrículas nos três níveis de ensino. A renda é analisada através da renda per capita, que é a divisão do PIB de um país pelo seu número de habitantes e de acordo com a Paridade do Poder de Compra – PPC (PNUD, 2003).. Nesta perspectiva, o crescimento econômico não é considerado um fim em si mesmo. O desenvolvimento deve se relacionar com a melhoria da vida e das liberdades individuais.

Apesar do IDH abranger mais variáveis que o PIB, não foram contempladas áreas como sustentabilidade do processo de desenvolvimento (BORELLI ; TORRES, 2013). A necessidade de realizar políticas públicas que visassem a Felicidade da população foi sendo verificada. O índice de Felicidade Interna Bruta – FIB, criado em 1972 no Butão, busca avaliar o nível de felicidade dos cidadãos, levando em consideração diferentes aspectos e se baseia na prerrogativa de que uma sociedade deveria ter como objetivo principal o bem-estar psicológico das pessoas, a preservação da natureza e da cultura (HOHAGEN, 2014). O FIB busca medir a felicidade da população considerando nove eixos: 1) Bem estar psicológico e espiritual; 2) Saúde; 3) Uso do tempo; 4) Vitalidade comunitária; 5) Educação; 6) Cultura; 7) Meio ambiente; 8) Governança; 9) Padrão de vida; O cálculo do índice de Felicidade Interna Bruta é o seguinte: $1 - (\text{Headcount} * \text{Breadth})$ $FIB = 1 - (.822 * .431) = 0.645$. A pessoa é considerada feliz se atinge 70% de resultado positivo nos nove domínios (URA, et al. 2011).

CONCLUSÕES

Alguns governos, como o da Inglaterra, buscam alternativas para o modelo onde o desenvolvimento é limitado ao crescimento econômico. Quando David Cameron, ocupava o posto de



O primeiro-ministro da Inglaterra, declarou que acredita que os britânicos atingiram um nível de desenvolvimento em que a obtenção de bens materiais já não contribui para a felicidade. Deste modo, Cameron incentiva a participação ativa da população nas decisões governamentais e a ação social como meios de fortalecer a sociedade, contribuindo para o aumento da felicidade individual (GUT, 2011). No Brasil, houve uma proposta de emenda à Constituição, batizada como "PEC da Felicidade". A proposta sugere uma alteração no artigo sexto da Constituição brasileira, que passaria a ser assim: "são direitos sociais, essenciais à busca da felicidade, a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados (GUT, 2011 p.32)". Isso isoladamente não garantiria a felicidade individual do brasileiro, mas serviria de parâmetro para a elaboração de políticas públicas.

Através do exposto fica demonstrado que cada índice cumpre sua função e que a análise de todos torna-se necessária para um diagnóstico preciso da vida na complexa sociedade em que vivemos. O problema não se encontra nas diferentes metodologias de mensuração, mas do uso de cada uma delas e as disfunções atribuídas a cada uma. Respeitando-se a finalidade original de cada índice e combinando a complementariedade das variáveis analisadas em cada um deles será possível realizar um diagnóstico preciso da realidade de uma sociedade. Não se trata de uma competição para escolher o melhor índice, trata-se da necessidade em aprender a utilizá-los para melhor formular e implementar políticas de desenvolvimento.

REFERÊNCIAS

- AMARO, R R. **Desenvolvimento — um conceito ultrapassado ou em renovação?** Da teoria à prática e da prática à teoria. *Cadernos de Estudos Africanos* [Online], 4 | 2003, posto online no dia 25 Julho 2014, consultado em 21 Julho 2015. URL : <http://cea.revues.org/1573>
- BANCO MUNDIAL. **PIB per capita**. 2015. Disponível em: <http://datos.bancomundial.org/indicador/NY.GDP.PCAP.CD> Acesso em: 15/02/2016.
- BORELLI, E.; TORRES, A. R. **O Desafio Da Métrica Da Felicidade Para Um Desenvolvimento Sustentável**. ENGEMA, 2013.
- COSTA, L. G.; DAMASCENO, M. V. N.; SANTOS, R. S. **A Conferência de Estocolmo e o pensamento ambientalista**: como tudo começou. In: *Âmbito Jurídico*, Rio Grande, XV, n. 105, out 2012. Disponível em: <http://www.ambito-juridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=12292. Acesso em 20/02/2016.
- DIEGUES, A.C. S. **Desenvolvimento sustentável ou sociedades sustentáveis**: da crítica dos modelos aos novos paradigmas. *São Paulo em Perspectiva*, Fundação SEADE, 6 (1-2), p. 22-29, jan./jun. 1992.
- GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. Ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- GUT, F. **Indicadores o melhor lugar do mundo é aqui**. In: *Revista Página 22*, p. 29-32, n. 50, 2011.
- KAWAMANI, S. **A Misteriosa Doença de Minamata**. *Japão em foco*, 19/08/2014, disponível em: <http://www.japaoemfoco.com/a-misteriosa-doenca-de-minamata/> Acesso em 20 de fevereiro de 2016.
- MORETTO, C. F. e GIACCHINI, J. **Do surgimento da teoria do desenvolvimento à concepção de sustentabilidade**: velhos e novos enfoques rumo ao desenvolvimento sustentável. Texto para discussão nº 06/2006, Passo Fundo RS – Brasil.
- PNUD. **A verdadeira riqueza das nações**: vias para o desenvolvimento humano. *Relatório de desenvolvimento humano 2010*, New York, NY, USA.
- SALES, A. P. et al. **Felicidade Interna Bruta: um estudo na cidade de Lavras – MG**. XXXVI EnAnpad, Rio de Janeiro, 2012.
- SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. Companhia das Letras, São Paulo, 2010.
- SIEDENBERG, D. R. **Desenvolvimento ambiguidades de um conceito difuso**. *Desenvolvimento em Questão*, Editora Unijuí, Ano 2. Número 3, p. 9 – 26, jan./jun. 2004.
- SIQUEIRA, E. S. **PIB**: um indicador em crise. 2014. 54 f. Monografia (Graduação em Economia) – Universidade Federal do Paraná.
- SOUZA, N.J. **Desenvolvimento econômico**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 2009.
- STAVENHAGEN, R. (1965). **Sete teses equivocadas sobre a América Latina**. In: *Sociologia do desenvolvimento*, p. 17-25, Rio de Janeiro, Zahar editores, 1967
- SWISSINFO. **O retorno do polêmico inseticida DDT**. 24/NOV. 2008. Disponível em: <http://www.swissinfo.ch/por/o-retorno-do-pol%C3%AAmico-inseticida-ddt/7032042> Acesso em: 20 de fevereiro de 2016.
- UNEP. **Global status of DDT and its alternatives for use in vector control to prevent disease**. *Stockholm Convention on Persistent Organic Pollutants*. Stakeholders' Meeting to review the interim report for the establishment of a global partnership to develop alternatives to DDT Geneva, 3–5 November 2008



CLUSTERS, APL E DISTRITOS INDUSTRIAIS SÃO MESMO TÃO DIFERENTES? UMA ANÁLISE COMPARATIVA

Eixo de Pesquisa: (Organizações e Desenvolvimento)

Bernardo Soares Fernandes⁽¹⁾, Vitor Klein Schmidt⁽²⁾,

⁽¹⁾ Mestrado em Administração; Universidade Federal do Rio Grande do Sul; Porto Alegre, Rio Grande do Sul; fernandes.bernardo.soares@gmail.com

⁽²⁾ Mestrado em Administração; Universidade Federal do Rio Grande do Sul; Porto Alegre, Rio Grande do Sul; fernandes.bernardo.soares@gmail.com

Palavras-chaves: Aglomerados Geográficos; Cluster; APL; Distrito Industrial.

INTRODUÇÃO

Desde os primeiros estudos sobre aglomerados geográficos de Alfred Marshall aos de autores contemporâneos, os conceitos sobre o tema evoluíram e se ramificaram. Ao longo de mais de um século de pesquisa, surgiram novas vertentes teóricas e novos conceitos que muitas vezes utilizavam modelos anteriores. De fato, o que se pode observar na literatura existente é um uso inapropriado das terminologias elaboradas pelas diferentes abordagens. Isto pode se dever a dificuldade de conseguir, dentre toda esta vasta literatura, identificar quais fatores realmente diferenciam estas abordagens – situação esta que está relacionada à um debate velado e ao qual muitos pesquisadores preferem se abster.

Um exemplo dessa continuidade e evolução teórica é o conceito de *economias externas* proposto por Marshall (1920), o qual é amplamente utilizado até hoje, porém, que muitas vezes recebe o tratamento de externalidades ou externalidades positivas. Estes são conceitos recorrentes nas diversas abordagens sobre aglomerados geográficos.

Vale e Castro (2010) afirmam que os conceitos de Cluster, Arranjos e Sistemas Produtivos Locais (ASPIL) e Distritos Industriais estão relacionados em sua história de construção, aonde o seu antecedente mais antigo em Comum é o de Distrito Industrial, ou como conhecido atualmente, Distrito Industrial Marshalliano.

Tendo presentes estas questões, o objetivo deste estudo é identificar as semelhanças, diferenças e relações entre as abordagens de Cluster, Arranjos e Sistemas Produtivos Locais e Distrito Industrial. Para alcançar o objetivo proposto, realizou-se uma análise comparativa, em formato de ensaio teórico, sobre as conceituações presentes em cada uma destas vertentes.

METODOLOGIA

A presente pesquisa foi realizada em formato de ensaio teórico, entende-se que os objetivos desta pesquisa foram alcançados através de uma análise comparativa. A análise comparativa compreendeu à apresentação de semelhanças entre os diferentes tipos de aglomerados geográficos ainda no referencial teórico e a própria indicação dos principais conceitos também em tal seção deste artigo. A seguinte seção apresentará as principais diferenças que puderam ser identificadas através da análise da literatura. As próprias conclusões deste artigo também apresentam semelhanças e diferenciações que derivaram da análise comparativa.

RESULTADOS E DISCUSSÃO



A presente seção apresenta os principais resultados a respeito das diferenciações possíveis de serem realizadas por esta pesquisa.

As características estruturais dos aglomerados são apresentadas no quadro 2, o qual é uma compilação a partir das argumentações de Domínguez et al. (2001) e Martins e Silva (2015).

Quadro 1 - Diferenças entre APL, SPIL e Cluster

Características	Distrito Industrial	Cluster	APL	SPIL
Concentração geográfica de empresas	X	X	X	X
Concentração setorial de empresas	X	X	X	X
Formado por empresas e instituições de apoio	X	X	X	X
Apenas empresas de pequeno e médio porte	X		X	
Âmbito geográfico	Reduzido	Diversos	Diversos	Diversos

Fonte: Elaborado a partir de Domínguez et al. (2001) e Martins e Silva (2015).

Quanto às pesquisas que vêm sendo realizadas, os estudos sobre distritos industriais, APL e SPIL apresentam um maior enfoque em questões sociais e culturais; enquanto o conceito trabalhado por Porter apresenta um enfoque mais econômico, embora não deixe de tratar sobre questões sociais (GIULIANNI, 2005). A pesquisa sobre *cluster* apresenta o diferencial de focalizar a respeito de questões sobre competitividade e por esta ser a abordagem que abrange o maior número de aglomerados (VALE; CASTRO, 2010).

As diferenças existentes entre as correntes teóricas se devem às diferentes perspectivas dos autores que as elaboraram (GIULIANI, 2005). Para Matos e Lemos (2012), os ASPIL trabalham com as mesmas questões que *cluster* trabalha, mas “buscam dar especial ênfase aos processos sistêmicos de geração, difusão e uso de conhecimentos e ao papel da inovação para a constituição de diferenciais competitivos” (MATOS; LEMOS, 2012, p. 162). Ainda para os autores, *clusters* focam mais em organizações representativas dos aglomerados, enquanto os ASPIL envolve mais os demais atores e aspectos relacionados à inovação, o processo de aprendizagem, e as estruturas sociais, culturais e ambientais do território.

Enquanto que o referencial de *clusters* sublinha o papel das organizações representativas, o referencial sistêmico considera o papel de outros diversos agentes institucionais com destaque para a infraestrutura científica e tecnológica e de financiamento, além das próprias estruturas sociais, culturais e ambientais do território (MATOS; LEMOS, 2012, p. 162).

Porém, como resultado de uma revisão sistemática da literatura realizada para a elaboração deste estudo, identificou-se que os aspectos inovativos dos aglomerados (a heterogeneidade tecnológica e a disseminação do conhecimento) são considerados como pontos principais para o desenvolvimento competitivo por vários estudiosos de *clusters* (e.g., MENZEL, FORNAHAL, 2010; TER WAL, BOSCHMA, 2011; MARTIN, SUNLEY, 2011; BRENNER, SCHLUMP, 2011). É também resultado da revisão sistemática elaborada para este estudo, que a importância da inovação na literatura de *clusters* cresceu muito na última década.



CONCLUSÕES

Podemos sintetizar as diferenciações realizadas da seguinte maneira: Estruturalmente, as abordagens de Distrito Industrial e APL são mais voltadas para concentrações menos extensas geograficamente e que apresentem pequenas e médias empresas em sua composição. Já as literaturas de Cluster e SPIL, apresentam características que compreendem, a território maiores e com a presença de empresas dos diferentes portes.

A respeito das pesquisas que vêm sendo realizadas, a abordagem de clusters possui uma atenção menos voltada para questões sociais do que as outras; e isto compõem sua definição como: (1) a vertente mais objetiva para o entendimento de fatores econômicos; (2) porém, a vertente menos apropriada, neste ponto, para aqueles que tem como o maior interesse de pesquisa analisar o tecido social que compõem os clusters; mas (3) por fim, isto torna o cluster a abordagem que abrange o maior número de aglomerados, considerando que para esta abordagem a cooperação é um menor pré-requisito que para outros.

A literatura de Clusters é a maior literatura a nível internacional, a nível nacional (MASCENA et al.; 2013), destacamos que a abordagem de APL tem recebido grande atenção sendo muito significativa no Brasil. A vertente de Distritos Industriais possui grande importância histórica e na literatura, seu contexto compreende mais a aglomerados com forte competição e forte cooperação.

Para finalizar as diferenciações, faz-se relevante citar que a vertente ASPIL se posiciona sobre o argumento de que possui um diferencial por focalizar sobre o processo de aprendizagem existente dentro dos agrupamentos; porém, indicamos que existe uma corrente muito forte sobre cluster, a nível internacional, que tem publicado focalizando o papel da disseminação e da heterogeneidade do conhecimento para a geração de novas rodadas de inovação e sobrevivência dos aglomerados (e.g. MENZEL, FORNAHAL, 2010; TER WAL, BOSCHMA, 2011; MARTIN, SUNLEY, 2011; BRENNER, SCHLUMP, 2011).

Quanto à similaridade, todas estas abordagens tratam sobre relações multi-atores, sejam eles conectados vertical, horizontal ou multilateralmente, de um mesmo setor ou setor correlato da indústria, concentrados geograficamente. Vale ressaltar que o cálculo para definir se uma região é geograficamente concentrada é o mesmo para as diferentes abordagens.

Giuliani (2005) afirma que o que existe é uma hibridização do conceito, aonde novas abordagens foram elaboradas a partir do Distrito Industrial Marshalliano, por estudiosos de acordo com seus interesses de pesquisa, alterando poucas características em relação à abordagem seminal.

Por fim, evidencia-se que muitos estudos atualmente (e.g., CORREIA FILHO, MOURA, 2014; ZEN, 2010; GOLLO, 2006), mesmo que os autores se refiram aos aglomerados a partir apenas de uma das terminologias, utilizam como referencial teórico as conceituações de autores de diferentes abordagens – o que, se realizado com propriedade sobre o tema, apenas enriquece as investigações realizadas -.

REFERÊNCIAS

BRENNER, T.; SCHLUMP, C. Policy Measures and their Effects in the Different Phases of the Cluster Life Cycle. **Regional Studies**, V. 45, N. 10, pp.1363 – 1386, 2011.

CORREIA FILHO, W. L., MOURA, J. M. P. *Clusters* empresariais: Fatores que influenciam a melhoria da competitividade. **IASP**.

DOMÍNGUEZ, M. M, R.; SOTO, C. A. F.; ALONSO, M. V. **A política de creación de clusters institucionais**: o cluster do sector naval de Galicia (ACLAUNAGA). Revista galega de economía: Publicación Interdisciplinar da Facultade de Ciencias Económicas e Empresariais; 2001.



GIULIANI, Elisa. **Cluster absorptive capacity**: why do some clusters forge ahead and others lag behind? *European urban and regional studies*, v. 12, n. 3, p. 269-288, 2005.

GOLLO, S. S. **Inovação e estratégia de cooperação competitiva**: estudo de caso da indicação de procedência Vale dos Vinhedos-Serra Gaúcha/RS. 2006. Tese (Doutorado em Administração de Empresas) – Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2010.

MENZEL, M. P.; FORNAHL, D. **Cluster Life Cycles – Dimensions and Rationales of Cluster Evolution**. *Industrial and corporate Change*, V.19, N.1, pp. 205-238, 2010.

MATOS, M. O., LEMOS, C. **A segunda geração de políticas para Sistemas Produtivos e Inovativos locais e Clusters**. 2012.

MARSHALL, Alfred; MARSHALL, Mary Paley. **The economics of industry**. Macmillan and Company, 1920.

MARTIN, R.; SUNLEY, P. **Path dependence and regional economic evolution**. *Journal of Economic Geography*, V. 6, p. 395-437, 2006.

TER WAL, A. L. J.; BOSCHMA, R. A. **Co-evolution of firms, industries and networks in space**, *Regional Studies*, V. 45, Nº. 7, p. 919-933, 2011.

VALE, G. M. V.; CASTRO, J. M. **Clusters, arranjos produtivos locais, distritos industriais**: reflexões sobre aglomerações produtivas. *Análise Econômica*, Porto Alegre, ano 28, n. 53, p. 81-97, mar. 2010.

ZEN, A. C. **A Influência dos Recursos na Internacionalização de Empresas inseridas em Clusters**: uma pesquisa no setor vitivinícola no Brasil e na França. 2010, 270f. Tese (Doutorado em Administração de Empresas) – Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2010.



CARGOS ELETIVOS NA UNIPAMPA E O GÊNERO: UMA ANÁLISE PRELIMINAR

Eixo de Pesquisa: -Economia e Desenvolvimento Regional, Territorial, Rural e Sustentável

Priscila Vargas⁽¹⁾, Tanise Brandão Bussmann⁽²⁾, Patrícia Eveline dos Santos Roncato⁽³⁾, Bruno Ribeiro⁽⁴⁾

⁽¹⁾ Aluna do curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Pampa. Santana do Livramento - RS. email:

priscilavargas20100@gmail.com ⁽²⁾ Professora do magistério Superior da Universidade Federal do Pampa. Santana do Livramento – RS.

tanise@unipampa.edu.br

⁽³⁾ Professora do magistério Superior da Universidade Federal do Pampa. Santana do Livramento – RS. email: patriciaroncato@unipampa.edu.br

⁽⁴⁾ Aluno do curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Pampa. Santana do Livramento - RS. email:

bruno_mr@live.com

Palavras-Chave: Cargos Eletivos. UNIPAMPA.

A desigualdade de rendimentos é um fenômeno conhecido no mercado de trabalho brasileiro e comprovado em diferentes estudos, destacando alguns realizados a partir de dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 1995 (ARAÚJO; RIBEIRO, 2002; BAPTISTA, 2000; GIUBERTI; MENEZES-FILHO, 2005). Além disso, o “efeito teto de vidro”, que é a dificuldade de acesso das mulheres aos cargos de maior visibilidade é também conhecido na literatura. Para o Brasil, o teto de vidro foi evidenciado no trabalho de Santos e Ribeiro (2006), Madalozzo e Martins (2007), Cambota e Pontes (2007), Garcia, Ñopo e Salardi (2009), Madalozzo (2010), dentre outros.

No entanto, no período recente destaca-se outras hipóteses, relacionadas, por exemplo, ao fato de que homens e mulheres tem escolhas no mercado de trabalho distintas. O que teria a nomenclatura de “porta de vidro” por estar relacionado aos diferenciais de acesso ao mercado de trabalho e examina a composição de gênero do fluxo de novos contratados ao longo da hierarquia organizacional de tarefas (HASSINK; RUSSO, 2010).

Contudo, é evidente que os diferenciais de acesso e de remuneração são fatos complexos e seu entendimento pode estar relacionado com diferentes teorias. Acrescenta-se que uma questão a ser analisada é como a reprodução de tal estrutura de discriminação no mercado de trabalho está implantado no setor público, mais especificamente numa instituição de ensino como a UNIPAMPA. Nesse sentido, este trabalho busca responder a seguinte questão: Existem diferenciais pelo gênero nos cargos eletivos da UNIPAMPA? Ou seja, os cargos são ocupados de forma igual entre homens e mulheres ou há uma participação maior de homens ou de mulheres?

Sendo assim, este estudo tem como objetivo analisar a ocupação de cargos eletivos na UNIPAMPA de acordo com o Gênero, e ainda, verificar se houve um emprego maior de homens ou de mulheres em cargos eletivos para o ano de 2018 na UNIPAMPA. Para tanto, serão identificados os ocupantes de cargos eletivos, de reitor, nas direções de campus e na coordenação de curso e representação no CONSUNI, sua análise será realizada analisando o gênero do servidor que ocupa a posição.

Ao lidar com os cargos eletivos, é possível que em alguns deles não tenha havido a concorrência por outras pessoas. Isso é entendido como uma limitação do trabalho. Este é um trabalho preliminar pois busca-se chegar a totalidade dos cargos eletivos da instituição. Além desta sessão



introdutória, apresenta-se uma sessão de metodologia e uma de resultados e discussão, seguido das referências do presente trabalho.

METODOLOGIA

Esta pesquisa é classificada exploratória (GIL, 2009), no intuito de realizar uma análise preliminar dos cargos eletivos na UNIPAMPA. Para tanto, foram buscadas informações nos sites da UNIPAMPA de quem era o ocupante dos cargos de: Reitor, Vice-Reitor, Diretor de Campus, representantes da categoria no CONSUNI e Coordenador de Curso. Para tanto, foram buscadas informações nos sites oficiais, de quem ocupava a posição e com base nisso, determinado o gênero do ocupante. Para a análise, foram expostos de forma descritiva a ocorrência dos cargos pelo gênero para os diferentes campus, e a discussão será com base nestes resultados.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A tabela 1 expõe o total de cargos eletivos do CONSUNI no ano de 2018. Os demais ocupantes de representação no CONSUNI não são eleitos, e sim indicados. Conforme pode ser observado pela tabela 1, das 31 posições, há apenas 9 ocupadas por mulheres, ou seja, 29% das funções são ocupadas por mulheres. As desvantagens persistem em todas as representações, sendo mais evidentes na direção de unidades (apenas 2 mulheres) e também na representação TAE no CONSUNI (apenas 1 mulher). No entanto, conforme pode ser visto pela tabela 1, em nenhum dos casos as mulheres estão em maioria.

Tabela 1- Distribuição do CONSUNI por Gênero na Composição de 2018

Cargo	Número de Mulheres	Número de Homens
Reitor	0	1
Diretores das Unidades	2	8
Representantes Docentes no CONSUNI	4	6
Representantes TAEs no CONSUNI	1	4
Representantes discentes no CONSUNI	2	3

Fonte: Elaborado a partir de dados do CONSUNI (2018).

Na tabela 2 expõe o que ocorre nas coordenações de curso. Neste sentido, é possível observar que, novamente, os homens estão em maioria. No entanto, em alguns campus há uma ocorrência



maior de mulheres. Pode-se observar que das 80 coordenações de curso de graduação ou de pós-graduação, 31 são ocupados por mulheres, o que está na ordem de 38,8% do total de coordenações.

Tabela 2- Distribuição das Coordenações de curso por Gênero em 2018

Campus	Número de Mulheres	Número de Homens
ALEGRETE	1	9
BAGÉ	4	7
CAÇAPAVA DO SUL	2	3
DOM PEDRITO	2	3
ITAQUI	2	4
JAGUARÃO	2	4
SANTANA DO LIVRAMENTO	3	3
SÃO BORJA	7	5
SÃO GABRIEL	1	7
URUGUAIANA	7	4

Fonte: Elaborado a partir de dados dos cursos de graduação e pós-graduação (2018)

O Campus de Alegrete e de São Gabriel são onde a diferença é maior entre os cargos ocupados por homens e mulheres. Em Alegrete, das 10 vagas de coordenação e apenas uma é ocupada por uma mulher, sendo que o mesmo ocorre em São Gabriel onde são 8 vagas. O Campus Uruguaiana apresenta 7 das 11 vagas ocupadas por mulheres, sendo que este é o resultado mais discrepante. Em Santana do Livramento são 6 coordenações, sendo 3 realizadas por homens e 3 por mulheres. Nos outros 8 campus, sempre há a desvantagem das mulheres em termos do número de vagas ocupadas.

CONCLUSÕES

Este estudo realizou uma análise prévia sobre a ocupação dos cargos eletivos na UNIPAMPA de acordo com o gênero. É possível observar que ainda há uma parcela maior destes cargos ocupados por homens, sendo que no CONSUNI, a maior concentração está nos diretores de unidades. Já para os cargos de Coordenação de Curso, também há a maioria, e em apenas um campus é possível observar que as mulheres apresentam um número maior. Para estudos futuros, serão buscadas as informações sobre o número de indivíduos que fazem parte dos conselhos de



campus, representações docentes e demais cargos eletivos institucionais e, na medida do possível, analisar também a concorrência antes da eleição.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Verônica Fagundes; RIBEIRO, Eduardo Pontual. Diferenciais de salários por gênero no Brasil: uma análise regional. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 33, n. 2, abr./jun. 2002.

CONSUNI. **Composição em 2018.** Disponível em: <http://porteiros.r.unipampa.edu.br/portais/consuni/2018-2/>. Acesso em 17.Set 2018.

BAPTISTA, Dulce Benigna Dias Alvarenga. Diferenciais de rendimento e discriminação por sexo no mercado de trabalho brasileiro na década de 1990. **Anais do XII Encontro Nacional de Estudos populacionais da ABEP**, Caxambu. 2000.

CAMBOTA, Jacqueline Nogueira. PONTES, Paulo Araújo. Desigualdade de Rendimentos Intra-Ocupações no Brasil em 2004. **Revista de Economia Contemporânea**, v. 11, n. 2, 2007.

GARCIA, Luana Marques; NÓPO, Hugo; SALARDI, Paola. Gender and Racial Wage Gaps in Brazil 1996-2006: Evidence Using a Matching Comparisons Approach. Banco Interamericano de Desenvolvimento. **Working Paper n. 681**, 2009.

GIUBERTI, Ana Carolina; MENEZES-FILHO, Naércio. Discriminação de rendimentos por gênero: uma comparação entre o Brasil e os Estados Unidos. **Revista de Economia Aplicada**, Ribeirão Preto, v. 9, n. 3, p. 369-384, set. 2005.

HASSINK, Wolter H. J.; RUSSO, Giovanni. The glass door: gender composition of newly highred workers accross hierarquical job levels. **IZA Discussion Paper n. 4858**. 2010.

MADALOZZO, Regina; MARTINS, Sergio Ricardo. Gender Wage Gaps: Comparing the 80s, 90s and the 00s in Brazil. **Revista de Economia e Administração**, v.6, n. 2, p. 141-156, 2007.

MADALOZZO, Regina. Occupational Segregation and the Gender Wage Gap in Brazil: An Empirical Analysis. **Economia Aplicada**, v. 14, n. 2, p. 147-168, 2010.

SANTOS, Renato Vale; RIBEIRO, Eduardo Pontual. **Diferenciais de rendimentos entre homens e mulheres no Brasil revisitado**: explorando o "teto de vidro". Centro Universitário Newton Paiva/MG,

PPGE/UFRGS e IE/UFRJ, 2006. Disponível em: <http://www.ie.ufrj.br/eventos/seminarios/pesquisa/texto06_05_02.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2016.



LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL: ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE MUNICÍPIO, ESTADO E UNIÃO (2011-2016)

Eixo de Pesquisa: Organizações e Desenvolvimento

**Michel Richard Costa de Quadros⁽¹⁾, Nelson Guilherme Machado Pinto⁽²⁾,
Andressa Petry Müller⁽³⁾, Vanessa Piovesan Rossato⁽⁴⁾**

⁽¹⁾ Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em Administração (PPGA) na UNIPAMPA-Campus Santana do Livramento, Universidade Federal do Pampa, Santana do Livramento, Rio Grande do Sul, michelrichardcosta_@hotmail.com

⁽²⁾ Professor Adjunto do Departamento de Administração da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), professor do Programa de Pós-Graduação em Gestão de Organizações Públicas (PPGOP) da UFSM, Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Palmeira das Missões, Rio Grande do Sul, nelguimachado@hotmail.com.

⁽³⁾ Estudante de Administração e bolsista de iniciação científica PIBIC-CnPQ, Universidade Federal de Santa Maria- campus de Palmeira das Missões, Palmeira das Missões, Rio Grande do Sul, andressa_miler@hotmail.com.

⁽⁴⁾ Estudante de Administração e bolsista de iniciação científica FIPE JUNIOR, Universidade Federal de Santa Maria- campus de Palmeira das Missões, Palmeira das Missões, Rio Grande do Sul, vanessapiovesan@yahoo.com.br.

Palavras-Chave: Administração Pública, Administração Municipal, Lei de Responsabilidade Fiscal.

INTRODUÇÃO

A Constituição Federal de 1988 trouxe aos municípios uma maior autonomia e com ela a possibilidade de buscarem mais participação no bolo dos recursos arrecadados pela União. Assim tem-se a administração pública, que a exemplo da administração de empresas no setor privado, trata-se da tomada de decisões no que tange à busca de objetivos e uso de forma eficiente dos recursos (REIS; DACORSO; TENÓRIO, 2014).

Atualmente, o planejamento fiscal vem se tornando cada vez mais importante na gestão pública, de maneira que os gestores que trabalham com a máquina estatal sentem-se na obrigação de tomarem decisões baseados em princípios não só éticos, como também responsáveis, tendo em vista o equilíbrio da máquina pública. Com isso, busca-se coibir não só o endividamento do setor público, como também preservar a saúde financeira das instituições públicas. Segundo Linhares *et al.* (2013), o endividamento do setor público é causado nas situações em que as receitas são insuficientes para cobrir as despesas.

Desse modo, um dos artifícios de maior controle e responsabilidade fiscal na administração pública no Brasil é a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Ela impõe aos estados e municípios um limite superior para ser empenhado com gastos de pessoal, em 60% da Receita Corrente Líquida (RCL), além da obrigatoriedade de elaboração de metas para o controle das receitas e despesas, sendo uma ferramenta importante de gestão pública, permitindo um maior controle, fiscalização e participação da sociedade.

Com isso, o objetivo deste trabalho é analisar um município e a evolução das contas de receitas e despesas em relação à Lei de Responsabilidade Fiscal, comparativamente ao estado do Rio Grande do Sul e à União, no período compreendido entre 2011 e 2016. Destaca-se que a escolha de um município para se comparar a um estado e ao país ocorre devido à escassez de estudos comparativos nesse aspecto para a LRF.



METODOLOGIA

O método de pesquisa utilizado para a elaboração desse estudo foi a pesquisa descritiva, mas o mesmo pode ser classificado com caráter quantitativo também, em função das análises numéricas e estatísticas realizadas.

O presente estudo ainda se caracteriza como um estudo de caso, isto é, o caso da LRF no município. O universo de estudo da pesquisa foram as contas públicas referentes à Prefeitura e a amostra utilizada para o presente estudo foram as receitas e despesas realizadas entre o período compreendido dos anos de 2011 a 2016

Para a coleta de dados, foi realizada uma análise documental sobre os documentos da prefeitura referentes às receitas e despesas relacionadas à administração municipal. Além disso, foi utilizado dados do Portal da Transparência Municipal. Ainda foram coletados dados de contas públicas do Rio Grande do Sul e do Brasil.

Depois de coletados os documentos, foram utilizados procedimentos estatísticos e de análise de frequência para a organização dos dados, utilizando as ferramentas o Microsoft Excel 2016 e o *Statistical Package for the Social Science* (SPSS) 20.0, de maneira que o caminho direcione aos resultados. Para maior ênfase dos resultados utilizou-se os testes estatísticos de *Kolmogorov-Smirnov* e de *Kruskal-Wallis* para comparação de grupos (STEVENSON, 2001; DOWNING; CLARK, 2006; FONSECA; MARTINS, 2006; MALHOTRA, 2006):

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Com o intuito de verificar se há diferença significativa entre o município, o estado do Rio Grande do Sul e o Brasil, considerando as variáveis pesquisadas, foi realizado o teste de diferenças de *Kruskal-Wallis* por meio da Tabela 1.

Tabela 1 – Mediana e teste de *Kruskal-Wallis* das variáveis de estudo para as unidades territoriais analisadas

Variáveis	Município	RS	BR	Teste
	Mediana	Mediana	Mediana	Sig
Δ RCL	10,96%	8,51%	6,35%	0,03*
Δ DP	12,02%	13,03%	7,12%	0,03*
$\Delta\%$ DP/RCL	0,94%	4,64%	1,88%	0,92



SIED – 2018

III SIMPÓSIO DE
ESTRATÉGIA E DESENVOLVIMENTO

Δ Receitas realizadas	13,73%	11,63%	9,31%	1
Δ Despesas liquidadas	12,60%	11,63%	2,02%	0,25
Δ Resultado orçamentário	18,16%	0	-83,91%	0,08

Nota: Valores com * denotam coeficientes significativos ao nível de 5%.

Fonte: Organização dos autores

Nota: RS = Rio Grande do Sul; BR = Brasil.

O teste de *Kruskal-Wallis* apresentou significância maior que 0,05 em quatro das variáveis analisadas, evidenciando que não há diferença estatística entre as medianas. Dessa maneira, não é possível afirmar que, em mediana, para o período analisado, o comportamento do percentual da despesa com pessoal, das receitas realizadas, despesas liquidadas e resultado orçamentário do município seja diferente do comportamento dessas variáveis em nível estadual e nacional.

Entretanto, o teste também comprovou que há diferença estatística no que tange à Receita Corrente Líquida e Despesa líquida com pessoal. Este resultado permite constatar que há diferença no comportamento dessas variáveis em nível municipal, comparado aos dois outros níveis; estadual e nacional.

No que diz respeito à RCL, o município apresentou a maior mediana dentre as três; 10,96%; frente à 8,51% do RS e 6,35% da União. Já no âmbito da despesa líquida com pessoal, o ente que apresentou a maior mediana foi o Rio Grande do Sul, 13,03%; sendo que o município apresentou 12,02% e o Brasil o menor índice dos três: 7,12%. Nesse caso, corroborando o cenário apresentado anteriormente, o Rio Grande do Sul apresentou a situação mais complicada.

CONCLUSÕES

Percebe-se que em relação ao resultado orçamentário referente às receitas e despesas, a prefeitura apresentou números positivos nos seis anos que compõe o período analisado. Já o Rio Grande do Sul apresenta um equilíbrio perfeito entre receitas e despesas, de maneira que em nenhum ano apresentou déficit ou superávit, cenário este que pode vir a trazer a falsa impressão de que o mesmo é estável financeiramente. Cabe ainda destacar que se analisado um balanço orçamentário das contas de receitas e despesas da União, percebe-se que no exercício de 2014 o cenário foi de déficit, o único entre os períodos de 2011 a 2016.

No que diz respeito aos limites com despesa de pessoal, o município ultrapassou o limite de alerta em todos eles, e no período de 2015 até mesmo o limite legal foi infringido, sendo que no período seguinte o índice chegou aos 51,12%, dentro dos limites prudencial e legal. O ano de 2015 apresentou o maior percentual com despesas de pessoal, único ano no qual até o limite legal foi infringido, visto que o percentual apresentado foi de 56,34%.

No ano de 2016, a RCL saltou dos R\$ 70.086.081,00 de 2015 para R\$ 81.310.459,19; e as despesas com pessoal chegaram na casa dos R\$ 42.382.496,76. Com isso, o percentual com as despesas de pessoal apresentou uma queda, e chegou aos 51,12%; dentro dos limites Prudencial e Legal. Pode-se analisar que os dados do Rio Grande do Sul referentes aos percentuais de receita corrente líquida e despesa com pessoal somente em 2011 apresentou um percentual abaixo do legal.



Já a União mostra-se com a situação mais regular, dentre os entes acima citados. Dentre os períodos de 2011 a 2013, até mesmo o limite de alerta foi respeitado, sendo que nos períodos de 2014 a 2016 os percentuais apresentados foram acima do limite de alerta, porém inferiores ao prudencial, de 38,86%.

Portanto, sugere-se para trabalhos futuros, esse mesmo estudo em uma gama maior de municípios. É visto que dessa maneira será possível corrigir eventuais falhas e diagnosticar os cenários, no que diz respeito às questões de finanças dos municípios.

REFERÊNCIAS

- REIS, Audálio Fernandes; DACORSO, Antonio Luiz Rocha; TENÓRIO, Fernando Antonio Guimarães. Influência do uso de tecnologias de informação e comunicação na prestação de contas públicas municipais — um estudo de caso no Tribunal de Contas dos Municípios do estado da Bahia. **Revista de Administração Pública**, v. 49, n.1, p. 231-251, 2015. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/0034-76121664>
- LINHARES, Fabrício; PENNA, Christiano; BORGES, GLENDA. Os efeitos da Lei de Responsabilidade Fiscal no endividamento dos municípios do Piauí. **Revista de Administração Pública**, v. 47, n.6, p. 1359-1373, 2013. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S0034-76122013000600002>
- STEVENSON, William. J. **Estatística Aplicada à Administração**. 20.ed. São Paulo: Harbra, 2001.
- DOWNING, Douglas; CLARK, Jeffrey. **Estatística Aplicada**. 2.ed. São Paulo: Saraiva, 2006.
- FONSECA, Jairo Simon da; MARTINS, Gilberto de Andrade. **Curso de Estatística**. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2006.
- MALHOTRA, Naresh. **Pesquisa de Marketing – uma orientação aplicada**. 4.ed. São Paulo: Bookman, 2006.



DIAGNÓSTICO E PROGNÓSTICO DA GERAÇÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS NO CAMPUS CAÇAPAVA DO SUL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA

Eixo de Pesquisa: Gestão e Políticas em Organizações Públicas

Francisca de Oliveira e Silva⁽¹⁾, Tanise Brandão Bussmann⁽²⁾

(1)Estudante do Curso de Especialização em Gestão Pública Municipal – EaD; São Sepé, RS; Endereço eletrônico: franciscasilva@unipampa.edu.br

(2)Professora do Magistério Superior; Universidade Federal do Pampa; Santana do Livramento, RS; Endereço eletrônico: tanisebussmann@unipampa.edu.br

Palavras-Chave: resíduos sólidos, diagnóstico, prognóstico.

INTRODUÇÃO

A geração de resíduos sólidos representa um grande desafio para os gestores da área de meio ambiente, na medida em que o desenvolvimento econômico, a urbanização, a industrialização e o avanço do consumo contribuem de forma significativa para o crescimento da quantidade e da complexidade dos resíduos sólidos gerados (DIAS et al, 2012).

Neste contexto, o campus Caçapava do Sul possui uma Comissão para Coleta Seletiva Solidária e um Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (PGRS), com o principal objetivo de promover a destinação ambientalmente correta dos resíduos sólidos gerados pelo campus Caçapava do Sul da Universidade Federal do Pampa. Deste modo, o presente trabalho pretende apresentar um panorama da gestão de resíduos sólidos no âmbito do campus Caçapava do Sul, buscando analisar a relação entre a evolução populacional do campus e a geração de resíduos sólidos, a partir da utilização de um modelo geométrico. Assim sendo, pretende-se elaborar um diagnóstico da geração de resíduos sólidos, a fim de traçar um prognóstico da geração futura de resíduos sólidos no horizonte de 10 anos, com a finalidade de identificar cenários possíveis para o campus, de modo que o resultado das projeções possam orientar o planejamento de ações de curto e médio prazo, contribuindo desta forma para a melhoria da gestão de resíduos sólidos do campus. Desta forma, foram desenvolvidos os seguintes objetivos específicos: fazer o levantamento da evolução populacional do campus Caçapava do Sul no período de 10 anos (2008 a 2017); calcular a taxa anual de crescimento populacional (% ano) no mesmo período; fazer o levantamento da geração de resíduos sólidos, com base nos dados do Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos do Campus Caçapava do Sul; estimar a evolução populacional no horizonte de 10 anos; calcular a média da geração " per capita" de resíduos sólidos do campus (g/habitante/dia); estimar a geração futura de resíduos sólidos (Kg/ano) no horizonte de 10 anos (2018 a 2027).

METODOLOGIA

O presente trabalho foi realizado por meio de pesquisa bibliográfica e documental, utilizando dados secundários. Os dados e informações foram coletados dos Relatórios de Gestão do Campus



Caçapava do Sul (UNIPAMPA, 2011, 2012, 2015, 2017), Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos, Controle de Pesagem de Resíduos Sólidos, atas de reuniões e documentos do acervo técnico.

A etapa de elaboração do diagnóstico compreendeu a coleta de dados referentes à distribuição da população do campus, visando a obtenção de informações relativas à população total (hab) e à taxa de crescimento anual (% a.a). A taxa de crescimento populacional consiste na variação percentual da população em um determinado período, sendo calculada por meio da Eq. (1), onde: k = Taxa média de crescimento anual; P2 = População do ano 2; P1 = População do ano 1; t2 = Ano 2; t1 = Ano 1 (MMA, 2013):

$$k = \left(\frac{P2}{P1} \right)^{\frac{1}{(t2-t1)}} - 1 \quad (1)$$

Para elaborar a estimativa de crescimento da população utilizou-se o método geométrico. Deste modo, o modelo de crescimento da população foi obtido por meio de uma progressão geométrica, por meio da aplicação da Eq. (2), onde: k = taxa de crescimento anual médio; P2 = população do ano 2; P1 = população do ano 1 (MMA, 2013):

$$P2 = P1 \cdot (1+k)^{t2-t1} \quad (2)$$

Com base nas informações do diagnóstico, elaborou-se o prognóstico da geração anual de resíduos sólidos (Kg/ano) no horizonte de 10 anos (2018 a 2027), utilizando-se os resultados da estimativa populacional (hab) e da geração per capita de resíduos sólidos (g/hab/dia).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A etapa de diagnóstico consistiu no levantamento de dados e informações que serviram de subsídios para a etapa de prognóstico. Ao final do estudo, foram obtidos os resultados da estimativa populacional no horizonte de 10 anos, assim como a geração anual de resíduos sólidos da respectiva população (MMA, 2013).

Analisando a série histórica dos últimos 10 anos, verificou-se que houve crescimento da população do campus, que no início do período da amostragem (2008) era constituída por 105 habitantes e no fim da série histórica (2017) por 536 habitantes. Deste modo, a taxa média de crescimento anual no intervalo de 10 anos foi de 17,70%. A partir deste resultado, calculou-se a estimativa de crescimento populacional no horizonte de 10 anos, estimando-se que no ano de 2027 a população do campus poderá atingir o total de 2.736 habitantes, acarretando a geração de 10.955 kg/ano, considerando-se que a taxa de geração per capita de resíduos sólidos foi da ordem de 10,97 g/hab/dia.

CONCLUSÕES

A elaboração de projeções são essenciais em todas as áreas de planejamento, de modo que à medida que a realidade torna-se mais complexa, aumenta-se a necessidade de um maior nível de rigor e de sistematização na tentativa de antecipação do futuro (SKROBOT et al, 2011). Nesta perspectiva, a elaboração de um prognóstico para a área de gestão de resíduos sólidos permite não somente identificar cenários possíveis, mas também orientar planos estratégicos voltados à área específica em questão (DIAS et al, 2012).

Considerando-se os resultados obtidos neste estudo, verifica-se uma tendência de crescimento da geração de resíduos sólidos associada ao crescimento da população. O último Relatório de Gestão do campus Caçapava do Sul (UNIPAMPA, 2017) aponta uma perspectiva de crescimento da população



do campus, a partir do aumento da oferta de vagas na graduação, das ações de combate à evasão e da necessidade de contratação de recursos humanos.

REFERÊNCIAS

DIAS, David Montero; MARTINEZ, Carlos Barreira; BARROS, Raphael Tobias Vasconcelos and MARCELO, Libânio. **Modelo para estimativa da geração de resíduos sólidos domiciliares em centros urbanos a partir de variáveis socioeconômicas conjunturais**. Eng. Sanit. Ambient. 2012, vol.17, n.3, pp.325-332. Disponível em < <http://www.scielo.br/pdf/esa/v17n3/v17n3a09.pdf> > Acesso em 14/09/2018

MMA. Ministério do Meio Ambiente. **Orientações para elaboração de Plano Simplificado de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PSGIRS) para municípios com população inferior a 20 mil habitantes**. Brasília, 2013. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/images/arquivo/80115/Orientacoes-MMA_PSGIRS_rev_18-12-13_sem_Logo.pdf > Acesso em 18/07/18

SKROBOT, Fabiana Cristina de Campos; GABRIEL, Luciano Ferreira Gabriel; SILVA, Maicon Gonçalves; SOUZA, Marília. **A Análise Prospectiva Estratégica no Planejamento De Políticas Públicas: O Caso do Projeto Cidades Inovadoras – Londrina 2030**. Simpósio Nacional de Tecnologia e Sociedade. Curitiba, 2011. Disponível em: <http://www.esocite.org.br/eventos/tecsoc2011/cd-anais/arquivos/pdfs/artigos/qt024-aanalise.pdf> Acesso em 16/09/2018

UNIPAMPA. UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA. **Relatório de Gestão Campus Caçapava do Sul (2008 – 2010)**, 2011. Disponível em: < http://novoportal.unipampa.edu.br/cacapava/sites/cacapava/files/documentos/relatorio_gestao_2008_2010.pdf > Acesso em 25/07/2018

UNIPAMPA. UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA. **Relatório de Gestão Campus Caçapava do Sul (2011), 2012**. Disponível em: < http://novoportal.unipampa.edu.br/cacapava/sites/cacapava/files/documentos/relatorio_de_gestao_2011.pdf > Acesso em 25/07/2018

UNIPAMPA. UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA. **Relatório de Gestão de 2014 Campus Caçapava do Sul, 2015**. Disponível em: < http://novoportal.unipampa.edu.br/cacapava/sites/cacapava/files/documentos/relatorio_de_gestao_2014.pdf > Acesso em 26/07/2018

UNIPAMPA. UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA. **Relatório de Gestão Campus Caçapava do Sul (2017), 2017**. Disponível em: < http://novoportal.unipampa.edu.br/cacapava/sites/cacapava/files/documentos/relatorio_de_gestao_campus_cacapava-2017.pdf > Acesso em: 10/07/18



ACESSIBILIDADE NO TURISMO: UM ESTUDO DAS PRAÇAS E PARQUES NA CIDADE DE SÃO BORJA-RS NA ATUALIDADE

Eixo de Pesquisa: Organizações e Desenvolvimento – Gestão e Políticas em Organizações Públicas

Cláudio Gabriel Soares Araújo⁽¹⁾, Tanise Brandão Bussmann⁽²⁾

⁽¹⁾ Discente da Especialização em Gestão Pública Municipal; Universidade Federal do Pampa – Universidade Aberta do Brasil; Itaqui, Rio Grande do Sul; cgsaiff@gmail.com

⁽²⁾ Dr^a em Economia, Professora Orientadora; Universidade Federal do Pampa – Santana do Livramento, Rio Grande do Sul; taniseunipampa@gmail.com

Palavras-Chave: Acessibilidade, Inclusão Social, Praças, Turismo.

INTRODUÇÃO

Localizado no oeste do Rio Grande do Sul, São Borja possui 60.557 habitantes (IBGE, 2018), sua economia é baseada na agricultura e pecuária, busca no turismo uma alternativa para alavancar seu desenvolvimento e consagrar-se em âmbito regional, nacional e internacional como um “destino turístico”.

O conjunto de elementos do patrimônio cultural material e imaterial de São Borja é marcado desde sua criação como primeiro dos Sete Povos das Missões, no segundo ciclo de reduções Jesuítico-Guarani no território atualmente pertencente ao Rio Grande do Sul. Os conflitos e guerras tanto em âmbito regional como internacional, sua herança política que marcou a história do país como cidade dos presidentes Getúlio Dorneles Vargas e João Vicente Goulart, pela dinâmica das relações internacionais e o apego às tradições gaúchas.

Para que haja a inclusão, é necessário que as pessoas, na condição de mobilidade reduzida também possam desfrutar destes espaços públicos. Porém é necessário realizar melhorias visando proporcionar qualidade nos serviços para atender a demanda de visitantes, sobretudo nos espaços públicos. Nesse processo se buscou conhecer a legislação vigente relativa à acessibilidade e entender quais aspectos representam qualidade nos serviços oferecidos às pessoas com necessidades de recursos de acessibilidade para visitar estes locais públicos.

A inclusão social com participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições, deve considerar à potencialidade e capacidade das pessoas com deficiência de: estudar, trabalhar, viajar e utilizar serviços públicos. Por este motivo buscou-se conhecer a legislação vigente para então avaliar a acessibilidade nas principais praças de São Borja elaborando um guia descritivo da acessibilidade destes espaços públicos, com o objetivo de fazer despertar, aos tomadores de decisão, a necessidade de cumprir a legislação vigente ofertando serviços de qualidade quanto aos recursos de acessibilidade.

METODOLOGIA

Para realização deste trabalho foram realizados estudos sobre: turismo e acessibilidade, utilizando recursos bibliográficos e na legislação vigente. Foi também realizada uma pesquisa de campo nos meses de julho a setembro que identificou as características físicas das praças e parques, utilizou método misto através de observação direta e sistematizada e aplicação do Roteiro de Inspeção – Verificação da Acessibilidade da Edificação contido no Mapeamento e Planejamento da Acessibilidade em Destinos Turísticos (Ministério do Turismo, 2011, p.18)

A avaliação foi realizada nas praças XV de Novembro e Deputado Marcírio Goulart Loureiro e no Complexo Esportivo General Vargas por se tratarem de locais que retratam parte da história, da cultura, dos personagens que formam a identidade do lugar. Também porque são mais centrais e tem recebido melhores investimentos na implantação de recursos de acessibilidade.

De acordo com Gil (2008) as pesquisas descritivas apresentam,



[...] como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis. São inúmeros os estudos que podem ser classificados sob este título e uma de suas características mais significativas está na utilização de técnicas padronizadas de coleta de dados. (GIL, 2008, p. 28)

Durante este processo foi possível perceber a dificuldade que a administração municipal tem de fornecer produtos e serviços com qualidade e que satisfaçam as exigências legais e as necessidades de recursos de acessibilidade para as pessoas com deficiência.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

De acordo com a OMT (2001, p.43), a oferta turística é definida como: “o conjunto de produtos turísticos e serviços postos à disposição do usuário turístico num determinado destino, para seu desfrute e consumo”. Beni (1998, p.164) entende a demanda como, “a quantidade de um bem ou serviço que os consumidores desejam e podem comprar a um dado preço em um dado tempo”. A oferta para ser reconhecida pela demanda deve conter requisitos de inovação e competitividade.

Schumpeter (1997) enumerou cinco formas nas quais as organizações promovem a inovação, ou seja: 1) a criação de novos produtos ou serviços (produtos e serviços inovação), 2) novos processos de produção (inovação de processo), 3) novos mercados (inovação de mercado), 4) novos fornecedores (input innovation) e 5) sistemas de organização ou gestão alterados (inovação organizacional).

A inovação como estratégia é um desafio competitivo para os diferentes setores da economia, quanto ao turismo é necessário incorporar seus critérios aos determinantes da competitividade (MAZARO, 2017). A inovação não necessita de mudança no produto ou serviço mas sim na capacidade de despertar o interesse dos consumidores através da agregação de valor pela estratégia, inovação, qualidade e pelo marketing.

Na Praça XV de Novembro os recursos de acessibilidade, em sua maioria são existentes porém, não apresentam qualidade necessária capaz de fornecer acessibilidade com autonomia e segurança em todos os itens avaliados. Apesar da existência de pisos táteis estes são limitados ao entorno da praça, obstáculos existentes nas calçadas e próximo às rampas se somam a falta de dimensões e cuidados das rampas existentes nos quatro cantos da praça.

No local há um banheiro público, porém, não há pisos táteis e outros recursos de acessibilidade como sinalização Braille, acessórios dentro da faixa de alcance e barras de apoio capazes de fornecer a segurança necessária. Apesar das rampas, escadas e tratamentos de desníveis serem adaptados e utilizados mesmo estando fora da norma, suas condições permitem às pessoas com deficiência na condição de mobilidade reduzida a livre circulação para contemplar os artefatos ali dispostos e que tratam um pouco da história e da cultura do lugar.

As placas e sinais de trânsito colaboram para a circulação das pessoas, há uma vaga com placa “Exclusivo para Deficiente Físico” com sinalização vertical localizada na praça em frente a prefeitura municipal. Possui ainda dois telefones públicos convencionais, sendo um para pessoas de baixa estatura que permite o uso por pessoas em cadeira de rodas.

Os artefatos existentes na praça estão relacionados aos personagens políticos que se tornaram parte da história local, regional e nacional. Exemplo destes são os bustos e estátuas de: Apparício Silva Rillo, General Manuel do Nascimento Vargas, Leonel de Moura Brizola e Getúlio Dorneles Vargas.

A Praça Deputado Maurício Goulart Loureiro possui uma única edificação, um banheiro público, atualmente em péssimo estado de conservação, carece de reformas em seu interior e pintura externa. Apresenta falta de divisórias, equipamentos com defeito e falta de acessórios para acessibilidade. Também não possui sinalizações táteis ou sinalização Braille.

Possui um telefone público localizado sem recursos de acessibilidade, há falta de rampas em determinadas esquinas e as existentes são inadequadas pois não possuem medidas de acordo com a ABNT NBR 9050 ou possuem obstáculos diminuindo a autonomia e a segurança para as pessoas com deficiência na condição de mobilidade reduzida.

No Parque Esportivo General Vargas, assim como na Praça XV de Novembro, os recursos de acessibilidade, em sua maioria são existentes porém não apresentam a qualidade necessária capaz



de fornecer acessibilidade com autonomia e segurança em todos os itens avaliados. Obstáculos existentes nas calçadas e na rua próximo às rampas se somam a falta de dimensões e cuidados das próprias rampas além da inexistência de pisos táteis.

No local não há banheiros construídos em alvenaria tendo sido disponibilizados em nível provisório dois banheiros químicos construídos de fibra e metal. Debaixo da arquibancada construiu-se escritórios administrativos para o departamento de esporte da Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e Laser, porém, este não possui banheiros disponíveis ao atendimento do público.

A sinalização e placas de trânsito são existentes, porém podem ser melhoradas e ampliadas. Não há estacionamento para uso dos visitantes do parque, mas sim vagas de estacionamento no entorno do mesmo contendo uma vaga com placa “Exclusivo para Deficiente Físico” e duas vagas com placa de “Exclusivo para Idoso” com sinalização vertical. Possui ainda um telefone público convencional fora dos limites do parque.

CONCLUSÕES

O trabalho avaliou a acessibilidade nas quatro principais praças e parques públicos destinados a atender a demanda do turismo e a demanda local de visitantes na cidade de São Borja. A avaliação demonstrou que muitos esforços têm sido realizados no sentido de promover a mobilidade urbana influenciando na acessibilidade para pessoas com deficiência, porém, é necessário superar a falta de acessibilidade na estrutura das praças e parques, melhorar os acessos e os passeios públicos, construir e reformar os banheiros públicos para melhor atender as pessoas, promover ações que incentivem a remoção das barreiras culturais que impedem as pessoas com deficiência de praticar o turismo com autonomia e dignidade.

A avaliação da acessibilidade nas praças e parques da cidade de São Borja poderá contribuir para que a gestão municipal invista no setor turístico. Assim a situação de dificuldade de acessibilidade aos atrativos turísticos sofrida pelas pessoas com mobilidade reduzida poderá ser minimizada ou sanada.

REFERÊNCIAS

- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, ABNT NBR 9050, **Acessibilidade a Edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos**. 2. ed. Rio de Janeiro, ABNT, 2004.
- BENI, Mário Carlos, **Análise e Estrutura do Turismo**, 13. ed. SENAC, São Paulo, 1998.
- GIL, Antonio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- IGNARRA, Luiz Renato. **Fundamentos do Turismo**, São Paulo: Thonson, 2003.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/sao-borja/panorama>> Acesso em: 28 ago. 2018.
- MAZARO, R. M. **Inovação em Turismo e Competitividade Regional: abordagem conceitual e ensaio de aplicação**. Revista Turismo em Análise. V. 28, nº 1.p. 1-18, jan-abr 2017. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/ta/article/view/108119>> Acesso em: 13 set. 2018.
- Ministério do Turismo; Associação para valorização de pessoas com deficiência. **Turismo Acessível: Mapeamento e Planejamento da Acessibilidade em Destinos Turísticos**. Brasília, 2009. Disponível em: http://www.turismoacessivel.gov.br/ta/downloads/adaptar/VOLUME_II-Mapeamento_e_Planejamento-Acessibilidade_em_Destinos_Turisticos.pdf> Acesso em: 10 set. 2018.
- OMT - Organização Mundial do Turismo. **Introdução ao Turismo**. Trad. Dolores Martins Rodriguez Córner. São Paulo: Roca, 2001.
- Presidência da República, **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), Brasília, 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm> Acesso em: 10 set. 2018.
- SCHUMPETER, J. A. **Teoria do desenvolvimento econômico: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico** (1 ed., 1934). Tradução de Maria Sílvia Possas. Coleção Os Economistas. São Paulo: Nova Cultural, 1997.



PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA: UMA ANÁLISE COMPARATIVA NA PERSPECTIVA MUNICIPAL, ESTADUAL E FEDERAL

Eixo de Pesquisa: Organizações e Desenvolvimento

Michel Richard Costa de Quadros⁽¹⁾, Vanessa Piovesan Rossato⁽²⁾, Nelson Guilherme Machado Pinto³, Andressa Petry Muller⁽⁴⁾

⁽¹⁾ Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em Administração (PPGA) na UNIPAMPA-Campus Santana do Livramento, Universidade Federal do Pampa, Santana do Livramento, Rio Grande do Sul, michelrichardcosta_@hotmail.com

⁽²⁾ Estudante de Administração e bolsista de iniciação científica FIPE JUNIOR, Universidade Federal de Santa Maria- campus de Palmeira das Missões, Palmeira das Missões, Rio Grande do Sul, vanessapiovesan@yahoo.com.br. ⁽³⁾ Professor Adjunto do Departamento de Administração da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), professor do Programa de Pós-Graduação em Gestão de Organizações Públicas (PPGOP) da UFSM, Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Palmeira das Missões, Rio Grande do Sul, nelguimachado@hotmail.com.

⁽⁴⁾ Estudante de Administração e bolsista de iniciação científica PIBIC-CnPQ, Universidade Federal de Santa Maria- campus de Palmeira das Missões, Palmeira das Missões, Rio Grande do Sul, andressa_miller@hotmail.com

Palavras-Chave: Bolsa Família, Programas Socioassistenciais, Famílias Beneficiadas.

INTRODUÇÃO

Como forma de minimizar os impactos negativos, o governo brasileiro começou a desenvolver programas cujo objetivo era diminuir a discrepância monetária entre as pessoas, fornecendo dinheiro para os indivíduos mais pobres. Essa questão começa a ganhar mais força com o primeiro mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva em 2002, demonstrando mais atenção com as famílias mais carentes. Assim, cria-se o Programa Bolsa Família (PBF), promovido a partir da adequação de outros programas já existentes em governos anteriores como, por exemplo, Auxílio gás, Programa Nacional de Acesso à Alimentação (PINTO; CORONEL; BENDER FILHO, 2013).

Inúmeras indagações começaram a se sobressair com a crise no Brasil a respeito do valor que é transferido as famílias beneficiadas pelo PBF, entretanto, de acordo com Vieira *et al.* (2014), na literatura acadêmica são poucos os estudos que discutem os valores repassados para as famílias além do restrito conhecimento de qual a representatividade do montante de recursos para a economia do país. Assim, academicamente essa pesquisa, visa completar algumas lacunas no ramo da pesquisa no que se refere à proporção dos recursos investidos nas cidades, no caso desse estudo o município de Palmeira das Missões - RS.

O objetivo deste trabalho é analisar a evolução do programa Bolsa Família no município de Palmeira das Missões/RS comparativamente ao estado do Rio Grande do Sul e ao Brasil, no período compreendido entre 2004 e 2016. Destaque-se que a escolha de um município para se comparar a um estado e ao país ocorre devido à escassez de estudos comparativos nesse aspecto para o programa. Diante dessas demonstrações de valores, torna-se vital a importância do programa e quanto ele representa para as famílias beneficiadas, visto que em muitos casos o benefício recebido pelo PBF é a única fonte de renda familiar.

METODOLOGIA



O método utilizado para a elaboração do estudo foi a pesquisa descritiva. O trabalho também apresenta um caráter quantitativo, em função de análises numéricas e estatísticas realizadas. O período de análise utilizado foi de 2004 a 2016, visando analisar os investimentos no BF desde o início do programa até os dias atuais. Salienta-se que a pesquisa não abrangeu o exercício de 2017 visto que as análises foram anuais e os dados não estavam disponíveis em sua totalidade. Os dados utilizados foram secundários, retirados em pesquisa feita à Data Social, portal que disponibiliza dados e indicadores das políticas públicas de responsabilidade do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, além de dispor de informações atualizadas do contexto social. Com a coleta de dados, torna-se possível investigar a variação de investimentos, o número de famílias cadastradas no programa e o benefício médio recebido, entre os anos analisados no estudo nas três unidades: Palmeira das Missões, Rio Grande do Sul e União.

Para análise dos dados, utilizou-se estatística descritiva e teste de hipótese, aplicados pelo software SPSS. A priori, os testes descritivos objetivaram verificar a frequência, média e desvio-padrão das variações. Os três objetos de análise, isto é, Palmeira das Missões, Rio Grande do Sul e Brasil, podem apresentar diferenças de resultados no que tange às variáveis estudadas que são: investimento do programa, número de famílias beneficiárias e benefício médio recebido por família. Para saber se os tipos de testes a serem utilizados, foi realizado o teste de normalidade de Kolmogorov-Smirnov.

Ao se constatar a não normalidade dos dados, foi realizado o teste não paramétrico de Kruskal-Wallis, que segundo Bisquerra, Sarriera e Martinez (2004), permite verificar a existência de discrepância de mediana entre os grupos

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Em valores monetários, o total despendido para o PBF no Rio Grande do Sul foi de R\$ 211 milhões em 2004, e manteve uma linha ascendente até o período de 2014, quando atingiu R\$ 793 milhões. Contudo, nos dois últimos períodos houveram quedas, e o ano de 2016 registrou um total de R\$ 747 milhões. Em termos de crescimento percentual em relação ao período anterior, o maior foi 2005, quando o percentual de crescimento de 32,18% em relação ao período de 2004; saltando dos R\$ 211 milhões para R\$ 279 milhões. Já a queda mais acentuada foi registrada em 2016, quando de R\$ 774 milhões em 2015 houve a queda para R\$ 747 milhões, recessão de 3,55%.

O município de Palmeira das Missões, por sua vez apresentou um montante de R\$ 1.361.737,00 em 2004; 0,64% do total investido no programa no RS. No ano seguinte, o percentual de participação manteve-se o mesmo, apresentando uma queda para o período de 2006, quando o mesmo foi de 0,61%. Essa variação seguiu-se durante os períodos analisados, e apresentou quedas consecutivas entre os períodos de 2011 a 2016, quando de 0,64% chegou a 0,38%. Analisando sob a ótica dos valores financeiros, percebe-se que nos períodos de 2004 a 2013 houveram aumentos nos totais despendidos, sendo que a partir de 2014 até 2016 ocorreram quedas nos valores investidos em Palmeira das Missões no PBF, seguindo a tendência do estado do Rio Grande do Sul.

Em relação ao benefício médio mensal recebido pelas famílias, percebe-se que no Brasil o valor inicial foi de R\$ 66,93 em 2004, sendo que apresentou quedas nos dois períodos seguintes, chegando a R\$ 62,62. Porém de 2007 a 2014, o cenário apresentado foi de aumentos no valor, que atingiu R\$ 169,02 em 2014. No exercício de 2015 houve queda e o valor médio foi de R\$ 155,22 reais, sendo que no último exercício analisado voltou a apresentar tendência ascendente, e chegou ao valor de R\$ 181,15 reais. Em termos percentuais de variação, no cenário nacional o maior aumento foi percebido no período de 2011, quando atingiu o valor médio de R\$ 119,99, crescimento de 23,75% se comparado aos R\$ 96,96 reais apresentados em 2010. Já a maior queda foi percebida em 2015, quando houve queda de 8,16% no valor médio recebido.



O teste de Kruskal-Wallis apresentou significância superior a 0,05 apenas na relação em que a distribuição do benefício médio é o mesmo entre as categorias de cada Unidade Territorial. Esse parecer indica que não existem diferenças estatísticas entre as classes analisadas. Assim, os indícios comprovam que referente à concessão de benefícios médios o mesmo se dá de forma proporcional nas três unidades territoriais, ou seja, tanto em nível municipal, quanto estadual e nacional o oferecimento do auxílio médio do PBF ocorre de forma equivalente.

Denota-se que esse resultado simétrico entre as unidades territoriais é benéfico, uma vez que o auxílio proporciona um acréscimo da renda substancial de forma igualitária nos objetos avaliados. Sabe-se que a conjuntura nacional é marcada por heterogeneidade no território, portanto, assegurar que as famílias beneficiadas tenham promoção dos auxílios de forma regular é um ponto positivo a ser levado em consideração pelo caráter do programa (VIEIRA *et al.*, 2014).

Ainda de acordo com a tabela, o teste de Kruskal-Wallis apresentou significância inferior a 0,05 em duas hipóteses. A primeira delas condiz com a distribuição de investimentos entre as Unidades Territoriais. Os dados elucidam que existem diferenças de investimentos nos contextos de Palmeira das Missões, Rio Grande do Sul e Brasil. Esse resultado pode ser parcialmente justificado pela necessidade primordial de outras regiões do país de receberem o investimento, como, por exemplo, o Nordeste brasileiro, em que pelo contexto de dificuldades os índices são mais elevados de pobreza e consequentemente precisam de maiores investimentos (BARROS; ATHIAS, 2013).

Referente ao comportamento das variáveis, apenas o benefício médio ocorre de forma proporcional nos três elementos de estudo. Atenta-se que para as outras duas variáveis pesquisadas as Unidades Territoriais seguem o mesmo padrão de colocação, sendo Palmeira das Missões a que menos possui investimentos e famílias beneficiadas. Em segundo lugar o estado do Rio Grande do Sul e em terceiro o Brasil. Assim, os três termos estão interligados, à medida que se o valor de investimentos em Palmeira das Missões é menor, o senso comum permite identificar que o número de famílias beneficiadas também é inferior. Ao tratar sobre o benefício médio, contata-se que se trata de um padrão, por isso seu valor é semelhante nas três unidades pesquisadas.

CONCLUSÕES

O Programa Bolsa Família veio a combater uma das principais mazelas que é a desigualdade social. Dentro do contexto brasileiro esse programa veio a tornar-se uma peça importante dentro do cenário político e socioeconômico, além de ao longo dos anos ir aumentando sua amplitude e relevância dentro do contexto atual. É possível constatar que os investimentos no PBF estão em evolução no contexto nacional, porém, em relação ao contexto do estado e município analisados, houve queda nesse nível de investimento nos últimos dois anos analisados. Com relação ao número de famílias beneficiadas é possível notar uma queda nos últimos dois anos de análise do nível brasileiro e uma oscilação de aumentas e quedas no contexto do Rio Grande do Sul e de Palmeira das Missões. Referente ao benefício médio, apesar de pequenas oscilações nos primeiros e últimos anos de análise, é possível avaliar que houve aumento nas três unidades de análise durante a evolução desse item.

Com relação à análise estatística, o benefício médio não apresentou diferenças significativas entre as unidades analisadas, podendo-se afirmar que possui o mesmo resultado entre as categorias analisadas. Em relação às outras duas variáveis analisadas, ou seja, investimentos e número de famílias beneficiadas, houveram diferenças estatísticas, sendo que respectivamente Palmeira das Missões e o estado do Rio Grande do Sul possuem uma menor proporção de investimentos e famílias beneficiadas do que o cenário nacional.

Como limitação desse trabalho destaca-se a falta de estudos que tratem da temática do Bolsa Família por meio de uma análise comparativa entre entes da administração pública bem como uma



análise temporal da situação. Além disso, os resultados desse estudo ficam limitados ao período e aos objetivos de análise utilizados. Dessa forma, para estudos futuros sugere-se replicar essa análise com outros municípios e outros estados brasileiros a fim de verificar com mais profundidade outras realidades.

REFERÊNCIAS

- BARROS, V. R. F.; MELO, M. C. O. L. Empoderamento ou mudança de situação financeira? Um estudo com beneficiárias do Programa Bolsa Família. **Cadernos Gestão Pública e Cidadania**, v. 21, n. 70, p. 264-281, 2016.
- BISQUERRA, R.; SARRIERA, J. C.; MARTINEZ, F. (2004). **Introdução à estatística**: enfoque informático com o pacote estatístico SPSS. Porto Alegre: Artmed. livro.
- PINTO, N. G. M.; CORONEL, D. A.; BENDER FILHO, R. Eficiência no Desenvolvimento Regional Resultante do Programa Bolsa Família: Aplicação da Análise Envoltória de Dados (DEA) nos Estados e Regiões Brasileiras de 2004 a 2010. **Desenvolvimento em Questão**, v. 13, n. 31, p. 143-172, 2015.
- VIEIRA, K. M.; POTRICH, A.C.G.; CAMPARA, J.P.; FRAGA, L.S.; SANTOS, L.F.O. Investimentos no programa bolsa família: análise comparativa entre Santa Maria, Rio Grande do Sul e Brasil (2004-2013). **Revista IDEAS**, v. 1, n. 1, p. 198-224, 2016.